



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE**

SHELZEA MARIA BEZERRA OLIVEIRA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

SHELZEA MARIA BEZERRA OLIVEIRA

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação no Curso de Mestrado Profissional em Formação de Professores na linha de pesquisa Linguagens e Letramento Digital, sob a orientação do professor Doutor Luciano Barbosa Justino.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48 Oliveira, Shelzea Maria Bezerra
O Programa Mais Educação como política pública de educação integral [manuscrito] / Shelzea Maria Bezerra Oliveira. - 2014.
76 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1.Educação 2. Política Pública 3. Programa Mais Educação
4. Educação Integral I. Título.

21. ed. CDD 379

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE

SHELZEA MARIA BEZERRA OLIVEIRA

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL

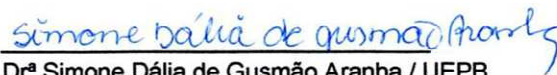
Aprovada em 31/07 /2014.



Prof. Dr Luciano Barbosa Justino / UEPB
Orientador



Prof. Dr.ª Maria de Fátima Alves / UFCG
Examinadora



Prof. Dr.ª Simone Dália de Gusmão Aranha / UEPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por guiar meus passos e por mais essa conquista realizada.

Aos meus pais, **Francisco** e **Olívia** pelo amor incondicional e pelo incentivo para prosseguir nessa jornada.

A minha amada filha **Ana Sofia**, razão maior da minha vida, a qual muitas vezes não teve minha atenção como deveria.

As minhas queridas amigas/irmãs, em especial a **Rossana Bezerra, Carla Bianca, Carolina Vasconcelos, Fabiana Donato, Anna Marly** e os demais amigos que sempre estiveram virtualmente presentes nesse período de estudos para a construção dessa pesquisa. A vocês minha gratidão, admiração e meu carinho.

Ao meu orientador, **Luciano Justino**, que através de sua competência me auxiliou nessa conquista.

A minha coordenadora do Mestrado **Simone Dália**, agradeço pela atenção, pelas dicas, ajuda, consolo e força. Suas contribuições influenciaram de maneira ímpar na elaboração dessa pesquisa.

A minha querida professora, **Paula Castro**, pelo carinho, conversas e ensinamentos tão importantes para minha formação profissional.

A professora **Maria de Fátima Alves**, pela disponibilidade em participar da minha banca e pelas grandes contribuições.

A **minha turma**, o meu carinho pela valiosa colaboração de todos. Em especial **Wallace Moura, Emanuel Feliciano, Francisco, Antonio Gregório, Anna Maria, Morgana, Lígia, Elis e Fernanda Floriano e Marjorie** pelo compartilhamento das alegrias ao longo do curso e pelas palavras de amizade, apoio e incentivo nas horas solitárias da produção intelectual.

Aos **professores do Mestrado de Formação de Professores**, pelos ensinamentos que nos proporcionaram em todo o curso, contribuindo para o aprimoramento da nossa formação profissional e a **Bruno Nunes** sempre tão atencioso conosco nos apoiando e resolvendo nossos problemas de ordem burocrática na secretaria.

Aos Coordenadores, Gestores e secretárias das escolas “Maria Elenita Vasconcelos” em Pedra Lavrada e “Orlando Cavalcanti Gomes” em João Pessoa, pela disponibilidade de nos atender e nos fornecer dados para que pudéssemos

concretizar esse trabalho em especial a **Ledeny Priscila** sempre contribuindo e me apoiando no que precisei em relação aos dados sobre o Programa Mais Educação.

Enfim, agradeço a todos, que de forma direta ou indireta acreditaram no meu potencial, me incentivaram e torceram para que eu concretizasse esta meta estabelecida em minha vida.

Dedico esta pesquisa ao meu tesouro
mais valioso “**Ana Sofia**”, minha
maravilhosa filha.

*“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”
(Provérbio africano).*

RESUMO

Esta pesquisa enfoca o Programa Mais Educação, política pública de educação integral, que busca a ampliação da jornada escolar e a organização curricular. Atualmente o processo educacional passa por inúmeras mudanças e adequações para conseguir acompanhar a realidade do novo contexto multicultural no qual a escola está inserida e é nessa perspectiva que o programa visa ampliar o tempo e o espaço educativo oferecendo práticas sócio-educativas no contra turno, integrando a comunidade e instituições, instigando a cooperação e o compartilhamento do processo de educar. Apresenta como objetivos identificar o nível de qualidade do ensino e aprendizagem após a implantação e execução do Programa Mais Educação numa escola pública do município de João Pessoa. Busca, também, analisar as novas oportunidades educativas criadas, bem como averiguar o papel da tecnologia como potencializador pedagógico nas atividades desenvolvidas. A pesquisa apresenta uma abordagem quanti/qualitativa e está caracterizada como um estudo de caso. Após análise dos dados, discussões e reflexões, são propostas ações alternativas para reduzir os problemas relacionados à formação integral dos educandos, como o uso inovador e democratizador da tecnologia como ferramenta de acesso ao saber, a interação e a integração em rede na comunidade, como caminho para a escola encontrar sua efetivação social de fato, tornando o conhecimento partilhável, de maneira que, a escola e a família possam vivenciar esse novo processo de fazer educação. Esta pesquisa é composta por dois capítulos. O primeiro capítulo aborda a educação de tempo integral e as perspectivas inovadoras para o ensino e os aspectos teóricos do Programa Mais Educação. O segundo capítulo trata da pesquisa com seus aspectos metodológicos e da proposta de uso da tecnologia como potencializador pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mais Educação. Educação Integral. Tecnologia

ABSTRACT

This research focuses on the Mais Educação Program, and public policy of integral education that seeks to extend the school day and organization for curriculum. Nowadays, the educational process goes through numerous changes and adjustments to keep up with the reality of the new multicultural context where the school is located and according to this perspective that the program aims to increase the time and educational space offering social and educational practices in the counter round school, integrating the community and institutions, promoting cooperation and sharing of educational process. It presents to identify the level of quality of teaching and learning after deployment and execution of Mais Educação Program at a public school in the city of João Pessoa. It also seeks to analyze the new educational opportunities created as well as investigate the role of technology as a pedagogical potentiating the activities developed. The research presents a quantitative / qualitative approach and it is characterized as a case study. After analyzing the data, discussions and reflections, alternative actions have been proposed to reduce the problems related to the integral formation of the learners, such as democratization and innovative use of technology as a tool to access knowledge, interaction and integration through newtwork with the community as a way to school find their social effectiveness in fact, making the sharable knowledge, so that schools and families can experience this new process of making education. This research consists of two chapters. The first chapter addresses the full-time education and innovative approaches to teaching and the theoretical aspects of More Education Program. The second chapter deals with the research and its methodological aspects of the proposed use of technology as a pedagogical potentiating.

KEYWORDS: Mais Educação Program. Integral Education. Technology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL E AS PERSPECTIVAS INOVADORAS PARA O ENSINO.....	14
1.1 REPENSANDO A CONFIGURAÇÃO DA ESCOLA.....	14
1.2 O CURRÍCULO MULTIRREFERENCIAL E A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NUMA SOCIEDADE INTERCONECTADA.....	19
1.3 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: Programa mais educação.....	29
1.3.1 O contexto da educação em tempo integral no estado da Paraíba.....	37
CAPÍTULO II - A PESQUISA E UMA PROPOSTA DE USO DA TECNOLOGIA COMO POTENCIALIZADOR PEDAGÓGICO.....	40
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	40
2.2 O CONTEXTO DA GERAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	46
2.3 A POTENCIALIDADE DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA.....	54
2.3.1 Minicurso: Inovação da Prática Pedagógica Através das Mídias.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	68
ANEXO I - PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Questionário – Professor Comunitário/Coordenador.....	69
ANEXO II - PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Questionário – Monitores.....	71
ANEXO III - MINICURSO	73

INTRODUÇÃO

No presente contexto social marcado por intensas mudanças e crescente acesso à informação, muitas modificações têm ocorrido no perfil dos educandos, de tal forma que a escola tem sido forçada a se adequar a essa nova realidade. Com o surgimento da cultura tecnológica, novas habilidades e competências estão se desenvolvendo e a escola não está acompanhando esse novo perfil social. Nessa perspectiva de superação de modelos ultrapassados de educar, surge a proposta de educação de tempo integral como uma nova possibilidade de formação holística do educando.

Não é a primeira vez que o Brasil tenta oferecer a educação de tempo integral como tentativa de minimizar os problemas educacionais. Nas décadas de 50 e 80 Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram modelos de educação que se propunham a promover a formação integral dos indivíduos. No entanto, não se obteve o sucesso esperado, pois estes modelos fracassaram por não conseguirem cumprir os objetivos propostos.

Nesse contexto de formação integral, uma nova política pública de educação integral vem sendo implantada nas escolas públicas do nosso país. Trata-se do Programa Mais Educação, criado em 2007 pelo governo federal. Programa este que é o nosso objeto de pesquisa.

A proposta de educação de tempo integral com o Programa Mais Educação é pautada no pensamento de Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro na perspectiva da construção da escola republicana e democrática. Com base nisso, objetiva-se ampliar o tempo - no mínimo de sete horas diárias de atividades, de segunda a sexta-feira – os espaços e as oportunidades educativas, a fim de reinventar o tempo na escola, na medida em que propõe uma mudança de paradigma na educação escolar. Busca-se, portanto construir a inter setorialidade entre Educação, Direitos Humanos, Meio Ambientes, Inclusão Digital, Assistência Social, Saúde, Cultura e Esporte, com o intuito de promover a educação de tempo integral, respeitando a pluralidade de seus sujeitos e combatendo a cultura da exclusão escolar.

No estado da Paraíba, o referido Programa integra as ações do Programa “Paraíba Faz Educação” como uma proposta de explorar amplamente as

possibilidades de melhoria dos índices educacionais, uma vez que estes se apresentam com grande defasagem.

Diante dessa contextualização, surge a questão norteadora desta pesquisa: Como favorecer o nível de qualidade de ensino numa escola pública que adota o Programa Mais Educação como política pública de educação integral?

É nessa expectativa de superação do modelo curricular, de melhoria da aprendizagem e de formação integral do indivíduo que esta pesquisa objetiva identificar o nível de qualidade do ensino e aprendizagem após a implantação e execução desta política pública numa escola estadual do município de João Pessoa. Busca ainda analisar as novas oportunidades educativas criadas, além de averiguar o papel da tecnologia como potencializador pedagógico nas atividades desenvolvidas.

Para o estudo bibliográfico, tomamos como base as temáticas referentes ao currículo multirreferencial, educação de tempo integral e uso das tecnologias digitais no ensino, utilizando as contribuições de Ardoino (1998), Sacristan (1996, 1999, 2001), Delors (1996), Tardif (1999), Moran (2009), Moll (2008, 2012), Levy (1999), Xavier (2002, 2005, 2013), Marcuschi (2005) e Pretto (2006,2011). Igualmente utilizamos os documentos de referência do MEC e as Leis que regem a Educação Integral no Brasil, a fim de que este estudo torne-se significativo do ponto de vista empírico e metodológico.

Para obtenção de dados que subsidiassem a pesquisa quanto à abordagem, adotamos um enfoque quantitativo, uma vez que foram utilizados parâmetros estatísticos para análise dos dados. Porém a pesquisa também é de cunho qualitativo, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, percebe-se um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos que não podem ser traduzido em números (GIL, 2006).

Quanto aos objetivos, adotamos um caráter descritivo, que segundo Gil (2006), objetiva descrever as características de determinado grupo. Quanto aos procedimentos a pesquisa se enquadra como um estudo de caso, que, segundo Gil (2006), representa uma estratégia de investigação que examina um fenômeno em seu estado natural, empregando múltiplos métodos de recolha e tratamento de dados sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos ou organizações).

Esta pesquisa utiliza como instrumentos de coleta de dados: a análise documental, aplicação de questionários e observação, a partir dos quais, buscamos analisar a realidade social em uma perspectiva analítica e crítica, propiciando uma reflexão sobre as ações desenvolvidas pelo Programa Mais Educação. A escolha do *corpus* se deu a através de observações da prática pedagógica adotada por esta política pública no ano de 2013 na escola em foco.

No que se refere ao desenvolvimento, esta dissertação é composta por dois capítulos:

O primeiro capítulo discorre sobre a educação de tempo integral e as perspectivas inovadoras para o ensino, abordando a reconfiguração da escola, o currículo multirreferencial na sociedade. Sintetiza alguns aspectos da educação de tempo integral no Brasil, bem como os aspectos teóricos do Programa Mais Educação como política pública de educação integral e seu contexto no estado da Paraíba.

O segundo capítulo trata da pesquisa com seus aspectos metodológicos e da proposta de uso da tecnologia como potencializador pedagógico. Ainda aborda as novas tecnologias na escola e descreve o minicurso: Inovação da prática pedagógica através das mídias que foi ministrado na escola.

Nas considerações finais, há uma avaliação do Programa Mais Educação, a partir do embasamento teórico, elencados no decorrer da pesquisa, confrontando com as concepções teóricas da educação integral vivenciada no cotidiano da escola pesquisada, bem como as ações desenvolvidas no minicurso.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E AS PERSPECTIVAS INOVADORAS PARA O ENSINO

Este capítulo promove uma contextualização no que se refere à Educação Integral e suas tentativas de implantação como política pública em nosso país. Ainda descreve a configuração da escola no contexto atual e atenta para a necessidade do desenvolvimento de um currículo multirreferencial para que possamos de maneira eficaz promover a implantação e a execução de uma educação de tempo integral em uma sociedade interconectada.

1.1 REPENSANDO A CONFIGURAÇÃO DA ESCOLA

A proposta de educação integral no Brasil surge desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Nessa época já havia a preocupação em melhorar a qualidade da educação e os ideais como a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e a coeducação. Mais adiante, surgem novas propostas de educação integral a fim de promover o desenvolvimento do país e atingir uma qualidade satisfatória para a educação nacional.

Na década de 50, Anísio Teixeira funda as Escolas Parque na Bahia, com o intuito de que a educação escolar deveria voltar-se para a formação integral da criança. Na década de 80, Darcy Ribeiro na mesma linha de educação integral, funda os Centros Integrados de Educação no Rio de Janeiro. Para ele, a educação integral não se destinava apenas a aumentar o tempo de aula [...], seu sentido maior era de aprimoramento pedagógico, em parte pela via cultural (DEMO, 2010). Conforme Darcy Ribeiro, o essencial deveria ser a aprendizagem qualitativa dos alunos, embora não considerasse a formação docente como prioridade.

Esses dois autores da educação brasileira implantaram modelos educacionais que se propunham a contemplar muitos dos ideais propostos pelo Manifesto dos Pioneiros, porém faltou continuidade e a atenção devida dos governantes para que esses projetos fossem adiante. Consequentemente tais projetos se esvaíram com o tempo e deixaram de cumprir os objetivos iniciais.

As propostas de educação integral também sofreram grande influência pragmatista da filosofia de John Dewey, no que tange à concepção de educação como “reconstrutora de experiências” e do desenvolvimento integral através de adoção de práticas educativas que priorizassem interesses, aptidões, habilidades e a realidade social de cada aluno, inserindo atividades lúdicas e artísticas como recreação e jogos (TEIXEIRA, 1994, p.162).

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, oportunizou a educação dar um salto de qualidade no que se refere à legislação. O artigo 6º enfatiza o direito à Educação: “são direitos sociais a educação, [...]”. No artigo 205, afirma-se que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Já o artigo 206 faz referência aos princípios do ensino e o artigo 208, especifica o Direito à Educação e o dever do Estado (BRASIL, 1998).

Em 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que aborda diretamente a inserção da educação integral no cotidiano escolar, estabelecendo os seguintes princípios no Capítulo II, Artigo 34, LDB (1996):

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (LDB, 1996, p.31).

Para efetivar o que propõe a LDB acerca da implantação da educação integral nas escolas, deverá ocorrer uma significativa e grande mudança na rotina escolar, uma vez que o aumento progressivo da jornada escolar, a reorganização do uso dos espaços escolares e a promoção de modificações curriculares através da vinculação dos conteúdos tradicionais à cultura e ao meio social não são tarefas simples, principalmente para as escolas moldadas em modelos arcaicos e engessadas no tempo.

No que se refere à educação integral, Giolo (2012) assegura que

No Brasil, a classe dominante sempre teve escola de tempo integral. Os colégios jesuíticos do período colonial eram de tempo integral; os colégios e liceus onde estudava a elite imperial eram também de tempo integral e, na maioria das vezes, internatos; o mesmo pode-se dizer dos grandes colégios da República, dirigido por ordens religiosas ou por empresários laicos (GIOLO, 2012, p. 94).

Sendo assim, para implantar a educação integral, as escolas precisam se adequar no sentido de adotar um currículo aberto que busque a socialização dos conhecimentos científicos e culturais. Com o objetivo de tornar os educandos capazes de compreender os contextos sociais de forma crítica e também de promover a aquisição de conhecimentos capazes de auxiliar na formação e nas tomadas de decisões desses educandos, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com a sociedade.

Partindo do pressuposto de que não podemos ampliar o tempo/espaço na educação integral oferecendo atividades repetitivas, Arroyo (2012, p. 33) chama atenção para o fato de que se “limitarmos-nos a oferecer mais tempo da mesma escola, ou mais um turno, ou mais educação do mesmo tipo de educação, não estaremos contemplando o significado político da educação integral”.

Para que possamos vir a desfrutar de uma educação de qualidade, o Governo Federal estabelece que a educação de tempo integral venha a apresentar as seguintes características de acordo com o Moll (2009):

A educação integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional (MOLL, 2009, p. 18).

A fim de contemplar o que é exigido por lei, no que se refere à educação integral, é necessário que nosso sistema escolar seja modificado. Portanto, precisamos repensar o papel da escola e a organização do currículo. Conforme Arroyo (2012, p. 44), houve um aumento da consciência popular do direito por mais educação e mais tempo na escola. Contudo, para que isto ocorra de maneira satisfatória precisa-se de um projeto de educação integral em tempo integral que articule o direito ao conhecimento, às ciências e tecnologias como o direito às culturas, aos valores, ao universo simbólico, ao corpo e suas linguagens, expressões, ritmos, vivências, emoções, memórias e identidades diversas.

Com a implantação da educação integral a escola despede-se do currículo com influências tayloristas, pautados em objetivos, procedimentos e métodos que visavam apenas aos resultados. Na educação integral, busca-se a formação integral

do educando, seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, preparando-o para uma vida em sociedade marcada por tantas mudanças.

Com o intuito de fornecer um ambiente que propicie o desenvolvimento integral do educando a partir da implantação da educação de tempo integral, a “nova escola” passa por transformações e se adequa à realidade. Transformar seu perfil para atender às necessidades socioculturais dos educandos é uma ação urgente para incorporar as práticas voltadas para a educação integral. Como afirma Arroyo (2012) numa perspectiva de adequação:

No turno normal a escola e seus profissionais cumprem a função clássica: ensinar-aprender os conteúdos disciplinares na exclusividade dos tempos de aula, na relação tradicional do trabalho docente-discente, nos tratamentos tradicionais da transmissão de lições, deveres de casa, avaliações, aprovações-reprovações. (...) “Para o turno extra, deixam-se as outras dimensões da formação integral tida como optativas, lúdicas, culturais, corpórea, menos profissionais, mais soltas e mais atraentes” (ARROYO, 2012, p. 45).

A nova realidade social é marcada por famílias que trabalham e filhos que passam o tempo em que não estão na escola a mercê dos riscos sociais, da violência, da precariedade e muitas vezes da negligência da família. Cabe, portanto, à escola preencher o tempo ocioso dos educandos em busca de formação e de proporcionar oportunidades de desenvolvimento integral.

Com essa proposta de educação em tempo integral, o papel da escola vem sofrendo inúmeras transformações. Cabendo a ela oferecer os conhecimentos de forma dinâmica, lúdica, a fim de tornar os educandos capazes de fazer leituras da realidade e poder confrontá-las com outras realidades.

A educação de tempo integral não se propõe apenas a ampliar o tempo de permanência dos indivíduos na escola nem tampouco a oferecer atividades extracurriculares assistencialistas. Tem propósito, sobretudo de promover mudanças no currículo e favorecer uma aprendizagem além dos muros da escola. Desse modo, numa perspectiva de fortalecer a parceria escola/comunidade e ainda conscientizar a sociedade de que uma escola integral se faz com a integração de várias áreas como assistência social, saúde, cultura, esporte, segurança pública, direitos humanos, etc.

Sob a ótica da educação de tempo integral, deverá haver um arranjo intersetorial, ou seja, a promoção de uma articulação com outros setores da

sociedade, buscando resgatar os valores culturais, estimular o diálogo com outras culturas e promover o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens. Vale salientar também que, uma proposta de educação de tempo integral deve estar embasada no Projeto Político Pedagógico da escola, para que as ações que forem desenvolvidas estejam em consonância com a política adotada por ela.

De acordo com Moll (2009) no texto de referência para o debate nacional sobre a educação integral, percebemos a preocupação com a postura adotada pelas escolas para que seja implantada satisfatoriamente a educação integral de forma integradora. Ou seja, a escola deve se conectar com os ambientes ao seu entorno, criando inúmeras possibilidades de aprendizado. Nesse sentido, o Programa Mais Educação: Manual Passo a Passo (BRASIL, 2009) enfatiza que:

Romper a dicotomia, entre as aulas acadêmicas e as atividades educacionais complementares, exige a elaboração de um projeto político-pedagógico aberto à participação e à gestão compartilhada de ações convergentes à formação integral das crianças, de adolescentes e de jovens – do contrário, pode-se estar apenas capturando o seu tempo livre, com a pretensão de que, na escola, ficarão mais bem cuidados ou de que aprenderão mais, permanecendo por mais tempo na escola, ou seja, oferecendo-lhes “mais do mesmo” – o que as experiências nesta direção tem demonstrado não melhorar o processo de aprendizagem (BRASIL, 2009a, p. 32).

É importante ressaltar que não é mais aceitável na contemporaneidade, uma educação que não desenvolva um papel de integrar outros atores sociais na formação dos educandos. É necessário, por isso, integrar os conhecimentos tradicionais com o capital cultural específico de cada localidade. Portanto o papel da escola não deve ser apenas instruir, e sim possibilitar aos educandos o desenvolvimento da capacidade de resolverem conflitos através do diálogo ao despertarem para uma visão crítica do mundo a sua volta. Assim sendo, a escola passa a ser um pólo de integração entre o conhecimento, a cultura e os vários segmentos da sociedade.

Para auxiliar a reconstrução do conhecimento com autonomia, a educação integral propõe “a abertura da escola para a comunidade e da comunidade para a escola já que não há educação integral em tempo escolar sem novos pactos entre famílias, bem como a valorização do saber popular” (MOLL, 2009, p. 15).

Levando isso em conta, acreditamos que adotar políticas públicas de educação Integral fará a diferença na qualidade da educação brasileira. Para tanto, deve-se priorizar a ampliação do tempo de permanência dos educandos na escola, a otimização dos espaços escolares, além de propor mudanças curriculares que busquem o desenvolvimento integral do educando.

Com relação a essas propostas de mudanças, Azevedo (2010) ressalta as mudanças que a escola deve sofrer como previu o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova:

À Escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá a escola moderna, aparelhada de todos os recursos para atender e fecundar a sua ação na solidariedade como meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas (AZEVEDO, 2010, p. 49).

Com base nesses pressupostos buscamos a superação da escola fechada com seu exclusivismo e priorizamos uma escola que promova a formação dos nossos educandos nas multidimensões: psicológica, cognitiva, afetiva, política, social e cultural indo além do currículo, o qual por sua vez deve ser idealizado em uma perspectiva multirreferencial.

1.2 O CURRÍCULO MULTIRREFERENCIAL E A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NUMA SOCIEDADE INTERCONECTADA

A educação brasileira nos últimos 30 anos vive um movimento de reconstrução, lutando contra a desfragmentação e desarticulação do currículo com o intuito de fazer valer o direito à educação de qualidade a todos.

Num contexto marcado por uma cultura tecnológica de acesso crescente à informação, o processo educacional passa por mudanças e adequações para conseguir acompanhar a nova realidade desse universo multicultural. Uma gama de novas habilidades e competências está se desenvolvendo e por isso currículo escolar engessado não atende mais as reais necessidades do novo público que integra a escola.

Considerando o real sentido da educação, no que diz respeito à transmissão de conhecimento, da cultura e de ensinar a entender os significados do mundo em suas múltiplas dimensões, Brandão (1988) enfatiza que:

a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, [...] sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem uns dos outros “e deles faremos homens...” Mas na prática, a mesma educação que ensina sabe deseducar e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz ou do que inventa que pode fazer [...] (BRANDÃO, 1988, p. 12).

A escola do século XXI está aberta à diversidade, a inclusão, a aprendizagem de todos. Além de ter de superar os desafios sociais, o avanço da tecnologia, o acesso crescente à informação e à transformação dos sujeitos e mundos. Nossas crianças estão fadadas de práticas comuns, “mais dos mesmos”. O direito a uma educação de qualidade nos leva a refletir sobre o tempo e o espaço destinado ao processo de ensino e aprendizagem. Percebemos, portanto que há uma necessidade de mais educação e mais tempo na escola.

Para adotar uma educação integral que realmente seja efetiva e mude os resultados e as práticas em nossas escolas, precisamos reformular e ressignificar o currículo valorizando os saberes clássicos, bem como os saberes cotidianos, ou seja, valorizar os conhecimentos que os alunos trazem. E nesse sentido Pedro Demo (2010) ressalta que:

o que faz a escola ser diferente é professor diferente, por mais que aí entrem mil outros componentes. Assim, se passarmos uma escola comum para Escola de Tempo Integral sem mais, com os mesmos professores mantendo a mesma postura, apenas aumentamos as aulas, inutilmente. Os professores necessitam de preparo específico aprofundado e continuado, para saberem ultrapassar o instrucionismo, tornarem-se autores, exercitarem pesquisa e elaboração, com o objetivo de fazer de cada aluno um autor. Na Escola de Tempo Integral morre a didática instrucionista, centrada no repasse copiado de conteúdos, em nome da reconstrução permanente e aberta dos conteúdos, inspirada na construção da autoria e autonomia discentes [...] Na Escola de Tempo Integral não cabe mais aula sem autoria. Aula instrucionista está abolida. O aluno passa o dia na escola, não para fazer o que se faz sob o tacão do instrucionismo, mas para aprender a reconstruir conhecimento com autonomia (DEMO, 2010, p. 04).

Logo, um currículo direcionado à escola que adota uma proposta de educação integral deve ser diferenciado do currículo convencional, muito mais

contextualizado e dinâmico. Atividades pedagógicas pautadas na arte, no resgate cultural e na inclusão tecnológica, fazendo uso de espaços alternativos, não se detendo apenas aos espaços das salas de aula, a fim de colaborar para um aprimoramento intelectual e desenvolvimento cultural dos educandos.

Diante disto é necessário ressaltar o papel do currículo no processo educativo a fim de ampliar seus significados. Pois, são inúmeras as definições acerca do seu objetivo enquanto elemento organizador do ensino. Dentre essas funções podemos destacar a função socializadora e cultural. Para Sacristán (2001, p.12), “o currículo nos níveis de educação obrigatória, pretende refletir o esquema socializador /formativo e cultural que a instituição escolar tem.” Nesse sentido, temos o currículo como elemento dinâmico no processo de ensino, distante de ser um objeto estático e que, por isso, deve levar em consideração a realidade social de cada instituição.

Portanto, o currículo é um instrumento pedagógico que jamais deverá ser associado apenas a um documento de cunho didático. Sua função social, formativa e cultural vai muito além do âmbito educacional, embora em muitas instituições haja uma grande distância entre os conteúdos propostos pelo currículo e a necessidade real da escola, como ambiente de experiências humanas direcionadas pela prática educativa.

Por sua vez, os aspectos culturais, o meio social e as particularidades dos educandos devem ser observados para que o currículo a ser adotado contemple todas essas singularidades. Cabe ao professor, através da mediação, propor uma prática que contemple os objetivos e conteúdos propostos pelo currículo promovendo uma aprendizagem baseada nos ideais da realidade dos educandos e não apenas numa proposta curricular sem nexo com realidade local.

Nessa perspectiva de preocupar-se com o meio social e cultural no qual o educando está inserido, Moreira e Silva (2011), asseguram que:

[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA E SILVA, 2011, p. 08).

Percebemos, dessa forma, que adotar uma proposta curricular que considere a realidade social e cultural dos educandos, que valorize suas diversidades, poderá potencializar o processo educativo e favorecer a construção da subjetividade e de novas identidades. No que se refere às exigências acerca do currículo, Sacristán (2001) destaca:

A diversidade da experiência, da cultura dos seres humanos e de suas qualidades exige-nos currículos, métodos, ambientes, aprendizagem e procedimentos suscetíveis de absorver as diferenças, estimular certas diferenciações e romper, antes de tudo, com o monolitismo de algumas tradições escolares cerceadoras da diversidade enriquecedora (SACRISTÁN, 2001, p. 104).

Diante deste contexto, é essencial que façamos uma análise das velhas e novas roupagens do ensino. As relações e os espaços de construção de conhecimentos mudaram como acrescenta Levy (1999, p. 177) “são novas orientações em espaços flutuantes, aprendizagens cooperativas, inteligência coletiva [...] gerenciamento dinâmico das competências em tempo real [...]”. A multiplicidade de competências requer novos aparatos e currículos que satisfaçam essa necessidade de novas habilidades.

O currículo das escolas brasileiras é produto de várias tendências e teorizações. Influências pós-modernas e teorias críticas o tornaram híbrido, com foco no indivíduo enquanto sujeito histórico e social influenciado pela teoria da complexidade de Edgard Morin e pela proposta de um currículo multirreferencial de Jacques Ardoino. Nesse misto de influências, percebemos que para contemplar a educação integral necessitamos cada vez mais adotar uma proposta multirreferencial para o currículo com a valorização dos múltiplos saberes e dos variados ambientes que podem promover a aprendizagem.

Nestes múltiplos ambientes de aprendizagem, nos quais se insere a tecnologia, somos obrigados a rever o currículo. Há muito tempo a escola não é mais considerada como único lugar de aprender. Podemos aprender no *shopping*, em um passeio ao parque, na rua, no comércio, na internet, através de jogos eletrônicos, etc. São essas múltiplas possibilidades que assinalam a multirreferencialidade do currículo segundo seus idealizadores.

A proposta de currículo multirreferencial para a educação teve suas premissas elaboradas inicialmente por Jacques Ardoino, em Paris. Para Ardoino

(1998), a multirreferencialidade é caracterizada pela relevância dada à pluralidade e à heterogeneidade.

Todo esse novo aparato é o suporte para a aprendizagem que tem a função de transformar a nossa compreensão da realidade. Essa heterogeneidade e pluralidade de saberes, de pensamentos não fragmentados deve ser a base para um currículo que contemple as novas necessidades sociais da escola e de uma educação integral.

O currículo, a partir de uma abordagem multirreferencial, agrega a escola um conjunto de possibilidades de aprendizagem, que segundo Ardoino (1998), promove:

[...] uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vistas, que implicam tanto visões específicas quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados, reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998, p. 24).

Assim, consideramos o currículo multirreferencial como uma proposta de interação e comunicação entre o ambiente escolar e o convívio social dentro e fora da escola, proporcionando uma efetiva articulação crítica entre os saberes. Desse modo, professores e alunos passam a desenvolver habilidades que os tornem sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Nessa perspectiva de interação social e não apenas de soma de conhecimentos a que se refere à multirreferencialidade, Pereira (2004 apud Macedo 2011) destaca:

o currículo, portanto, é o resultado da incorporação das interações da vida dos sujeitos que se manifestam dentro e fora do espaço escolar [...] O currículo é a expressão da vida. Vida plena e indissociável, que resulta da unicidade dos processos vitais e dos processos cognitivos. [...] Sendo assim o currículo voltado para a vida traduz-se num espaço de produção de conhecimento que se caracteriza não pela forma ordenadora com que se potencializa, mas por uma dinâmica caótica que há muito vem sendo evidenciada (PEREIRA, 2004, p. 54 APUD MACEDO, 2011).

Considerando isso, precisamos, pois, acabar com ilusão do conhecimento linear e unidimensional, uma vez que vivemos numa sociedade da informação, portanto um mundo em que as pessoas estão interligadas através de uma cultura tecnológica, recheada de informações e acesso ao conhecimento.

Quando nos referimos à educação na contemporaneidade, não podemos deixar de pensar nas diversas áreas em expansão tais como: a ciência, tecnologia e

a cultura. Por isso não devemos deixar de elucidar que essas são áreas que formam os pilares de uma nova educação, uma nova realidade cultural que permeia a relação homem-homem/ homem-meio. Pretto (2011) enfatiza:

[...] passamos de um mundo onde as leis científicas estavam centradas na ordem — um modelo baseado em leis simples que davam conta de sua explicação — para um sistema mais complexo, onde a desordem, a irregularidade, o inesperado, estão presentes de forma mais intensa (PRETTO, 2011, p.111).

De acordo com essa visão apresentada por Pretto (2011), percebemos a necessidade de considerar uma realidade mutável, instável, irregular e até mesmo caótica. Assim sendo, esta deve ser vista com um novo olhar, numa perspectiva de mudanças de atitudes e de parâmetros que tenham como objetivo principal repensar as questões curriculares a partir da nova realidade não fragmentada, da pluralidade cultural, da diversidade de cada indivíduo.

Portanto, esse ponto de vista acerca do currículo deve estar centrado no pensamento dialético/dialógico. Além disso, deve ter a multirreferencialidade um elemento que preconize a alteridade e o desenvolvimento de caminhos possíveis para uma reflexão mais acertada sobre o contexto educacional.

Nessa nova proposta de educação de tempo integral e integradora numa perspectiva pluridimensional, Delors (1996) chama atenção para a importância da família, sobretudo como aporte para o sucesso escolar.

A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas. As suas relações com o sistema educativo são, por vezes, tidas como relações de antagonismo: em alguns países em desenvolvimento, os saberes transmitidos pela escola podem opor-se aos valores tradicionais da família; acontece também que as famílias mais desfavorecidas encaram, muitas vezes, a instituição escolar como um mundo estranho de que não compreendem nem os códigos nem as práticas (DELORS, 1996, p. 106).

Diante disso, é essencial que possamos oferecer uma escola interligada com a comunidade, ou seja, mais próxima da realidade dos educandos e que estes possam se desenvolver e interagir com sua realidade. Que possam, portanto, construir aptidões e saberes que os tornem capazes de discernir e agir de forma consciente, para que assim possam de fato contribuir para um desenvolvimento humano que os levem a se relacionar melhor em sociedade.

Sendo assim, a educação integral deve ser pautada em práticas sociais que promovam a interação e integração, a construção de conhecimentos, ampliação de tempos e espaços, além de buscar melhorar a qualidade do ensino. Enfim, deve proporcionar uma diminuição nas desigualdades sociais, através da valorização do multiculturalismo.

Essa prática condiz, sobretudo com a realidade social que, por sua vez, passa por profundas transformações em todas as áreas do conhecimento, da cultura e da sociedade, ou seja, uma verdadeira revolução social e tecnológica. No entanto a melhoria da qualidade tão almejada na educação não será possível se ignorarmos a realidade dos educandos frente às mudanças educacionais da contemporaneidade e a presença da tecnologia no cotidiano das escolas.

Somos conscientes de que a tecnologia desempenha um papel de suma importância no ambiente educacional, nessa nova realidade de linguagens múltiplas, de multiletramentos, de formação de leitores proficientes. Logo, essa nova faceta da realidade educacional deve estar atrelada ao uso das tecnologias no ambiente escolar. Todavia, é necessário estar atento para a forma de utilização destas tecnologias.

Ainda acerca do uso das tecnologias, Papert (1985, p. 23) destaca que: “o foco central não é a máquina, mas a mente e, particularmente, a forma em que movimentos intelectuais e culturais se auto definem e crescem.” Nesse sentido, o autor deixa claro que não devemos nos deter ao uso da máquina apenas e sim explorar o seu potencial dinamizador para promover o ensino e aprendizagem. Papert (1985, p. 23) enfatiza ainda que “[...] o papel que atribuo ao computador é o de um portador de “germes” ou “sementes” culturais cujos produtos intelectuais não precisarão de apoio tecnológico uma vez enraizado numa mente que cresce ativamente”.

Nessa perspectiva de desafios para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação bem como a sua apropriação pelos educadores e educandos, Moran (2009, p.61) afirma que “na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar, reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico; a interagir o individual, o grupal e o social”. Portanto, nessa conjuntura atual da sociedade da informação, o professor não

poderá ser apenas um especialista em determinada área de conhecimento. Faz-se necessário que este seja um facilitador para a compreensão das múltiplas linguagens. Essa questão está longe de ser simples, uma vez que a formação desse profissional nem sempre lhe proporciona ser um facilitador, um mediador, alguém que tenha a percepção de facilitar, problematizar e questionar situações que propiciem o aprendizado.

Pierre Levy (1999) afirma que as mudanças que atingem a educação e a gestão de conhecimentos desenham a base de uma nova sociedade. A escola e os educadores passam por uma revisão dos seus princípios pedagógicos e do uso de recursos de tecnologias de aprendizagem. Contudo, a grande revolução é sentida, principalmente na nova organização e produção do saber.

A nova realidade social, pautada no acesso à informação através das tecnologias como os computadores conectados a *internet*, *netbooks*, *tablets*, *smartphones* e jogos eletrônicos deve ser considerada na nova proposta de educação. Tais ferramentas são importantes meios de promover situações em que é facilitada a aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se necessário uma nova postura para que educandos e educadores possam fazer uso da mesma linguagem e da tecnologia a favor do ensino e aprendizagem, bem como criar na escola oportunidades que coloquem os educandos em contato com essa tecnologia visando à inclusão digital e o seu desenvolvimento integral.

Segundo Santaella (2003), “as novas tecnologias da informação e comunicação não estão revolucionando apenas o nosso lazer e entretenimento, mas também os meios de trabalho, consumo, comunicação, educação, etc.”. No processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se de tais tecnologias dentro de um contexto inovador, há uma dinamização da aprendizagem que oferece aos professores a oportunidade de buscar um novo modo de ensinar e as escolas de inovarem, rompendo com as velhas estruturas e paradigmas ultrapassados. Essa discussão é enfatizada por Moran (2009), quando afirma:

o uso de tecnologias é uma alternativa para que haja a possibilidade do aluno observar e interagir com situações que seriam difíceis de ser simuladas pelo professor na sala de aula, que passa a deixar de ser o que impõem e centraliza as informações, mas o que acompanha, sugere, questiona e incentiva. (MORAN, 2009, p. 32).

A política pública de educação adotada para atender ao desenvolvimento integral dos sujeitos frente a essa nova realidade necessita estar apta a utilizar as potencialidades pedagógicas da tecnologia, ter acesso a ela e também oportunizá-las aos educandos.

É fato que o aparato tecnológico através da informática conduz o ambiente virtual até a escola que, a partir daí tem de mudar sua postura, uma vez que não é mais o único lugar onde o aluno tem acesso ao conhecimento. Esse ambiente virtual é algo novo, a escola deve familiarizar-se com ele para torná-lo um componente que o auxilie no processo de ensino. No que diz respeito ao virtual, Levy (1996, p.47) afirma que: “é virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato”. Para ele há uma desterritorialização no virtual, que, no entanto pode gerar manifestações concretas.

Desse ambiente virtual, surge a cibercultura¹ que rodeia e permeia os processos educativos e é definida por Levy (1999, p. 49) “como a forma sociocultural da relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias”. Para ele a cibercultura é o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do século XXI. Ele nos lembra de que há cinco mil anos a escola está baseada no falar-ditar do mestre. A sala de aula baseada na transmissão, memorização e prestação de contas não tem mais centralidade nessa nova cultura.

Com o acesso à *internet* e às tecnologias digitais, houve um crescimento exponencial do conhecimento, nessa perspectiva a internet se torna muito mais que apenas um instrumento de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento. Esta se caracteriza também como uma importante ferramenta para tornar efetiva a comunicação e até mesmo gerar vínculos afetivos que irão significar o aprendizado.

Para tanto, os desafios da apropriação das novas tecnologias pela escola caracterizam-se como um momento de mudança e desconstrução de estereótipos educacionais. E conseqüentemente, diante desse novo paradigma da educação, exige do professor uma nova postura como mediador, facilitador e guia nos

¹ Pierre Lévy (1999, p.92) define a cibercultura como, um conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento da internet como novo meio de comunicação que surge com a interconexão mundial de computadores.

processos de ensino. Com as tecnologias inseridas no contexto educacional, o aprendizado torna-se mais prazeroso e contextualizado. Contando assim, com um ambiente educacional onde se convive com os novos equipamentos, a dinâmica do conhecimento, a presença da mídia, a ausência da família e o conhecimento precoce dos alunos criando um cenário diferente de aprendizado e de desafios no processo do ensino.

No que tange a essa nova realidade dos atores que constituem a escola Senna (2010) teoriza:

o séc. XXI abre-se a uma versão muito peculiar de Modernidade, onde as tecnologias de escrita receberam inúmeros novos suportes e aquela figura intransigente do professor, centrada em si mesma, idealizada por Descartes como cidadão da cultura científica, teve finalmente de se abrir à pluralidade cultural. Entretanto, fronteiras abertas não foram expediente suficiente para garantir plenos recursos de inclusão para todas as pluralidades recém-ingressas na esfera pública, fato que gerou um grande desafio para a prática educacional na escola contemporânea.
(SENNA, 2010, p. 3589).

No processo de inclusão das tecnologias digitais para o avanço na qualidade do ensino, a escola deve reconsiderar que o papel desempenhado pelos educadores seja reformulado, a fim de que se possa atingir o sucesso escolar. É necessária uma nova roupagem para a formação do professor seja ela na formação inicial ou continuada, é essencial a execução de uma política de educação de tempo integral a fim de adequar a escola a essa nova geração de aprendentes inseridos nessa cultura digital.

No que se refere à cultura digital, Xavier (2013, p.55) afirma que esta “se apresenta como um modo de vida imerso em máquinas multimídias que incitam seus usuários a assumir atitudes específicas diante das alternativas que lhes são reveladas”. É a geração da instantaneidade, do dinamismo e a ubiquidade (XAVIER, 2013).

A construção de uma nova postura para a escola frente a essa cultura digital é um dos maiores desafios da nova educação, é essencial buscar uma nova visão de mundo, e há necessidade de reinventar o “ser professor” a partir da proposição de novas políticas e reformas educacionais que valorizem e incentivem o professor a

melhorar sua prática e a escola a exercer o seu papel integrador. No que tange a essa proposta de reforma Tardif (1999) enfatiza que:

se esses esforços e reformas forem bem sucedidos, o ensino deixará, então, de ser um ofício para tornar-se uma verdadeira profissão, semelhante à profissão de médico ou às profissões de engenheiro e de advogado (TARDIF, 1999, p.10).

Através de novas políticas públicas de educação, reformas e utilização de novas ferramentas tecnológicas no ambiente escolar buscam-se novos caminhos e metodologias inovadoras, que venham ajudar a dinamizar o ensino-aprendizagem dos educando de maneira interdisciplinar e contextualizada, além de ampliar a interação da escola com o meio social, assim como sugere a proposta de educação de tempo integral.

1.3 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Educação pública democrática e de qualidade em tempo integral é o que busca o governo federal com a instituição do Programa Mais Educação. Um modelo de educação integral e integrada à comunidade, que tem como ponto fundamental firmar parcerias com instituições e com a comunidade do entorno da escola, a fim de instigar a cooperação e o compartilhamento do processo educacional.

Criado através da Portaria Interministerial de Nº 17/2007, o Programa Mais Educação (PME) tem como objetivo principal “fomentar a Educação Integral das crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas no contra turno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola” (BRASIL, 2007, p. 24). Este programa está regulamentado pelo Decreto Presidencial Nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, que no Art. 1º, parágrafo 1º, institui a duração da jornada escolar ampliada.

Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais. (BRASIL, 2010, p. 03).

O referido programa visa à ampliação da jornada escolar e à organização curricular na perspectiva de Educação Integral. A ampliação da jornada escolar faz com que a escola faça um replanejamento das suas atividades pedagógicas a fim de

aperfeiçoar o tempo/espço educativo para oferecer outras oportunidades de aprendizagem que não se restrinjam apenas as salas de aula.

O Programa Mais Educação tem respaldo também na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual em sua proposta, aponta para as seguintes ações visando a Educação Integral:

Retoma e valoriza a Educação Integral como possibilidade de formação integral da pessoa. O PNE avança para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil. Além disso, o PNE apresenta como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos 7 horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando o fortalecimento e a instituição de Conselhos Escolares. (BRASIL, 2001, p. 3).

Pode se dizer que com a implementação do Programa Mais Educação surge como uma proposta de melhoria da educação em nosso país, que por sua vez, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, sendo um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR) criado em 2007. Sendo assim constituem-se o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” (Decreto nº 6.253/07).

Esta política pública visa atender as demandas sociais, a fim de suprir as necessidades da comunidade escolar para promover uma melhoria na Educação Básica, esta política foi pensada a partir dos altos índices de fracasso escolar, constado por meio de análises dos indicadores nacionais e internacionais.

Como característica inerente à educação integral, o programa promove um compartilhamento da tarefa de educar com profissionais da educação, de outras áreas e com as famílias. Numa perspectiva de aprendizagem que integre a sua realidade social e as múltiplas dimensões do indivíduo respeitando suas subjetividades.

O referido programa é resultado de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais. Vale ressaltar, a contribuição dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Combate à Fome, do Esporte e da Cultura no intuito de reduzir as desigualdades educacionais, diminuir a pobreza, a exclusão social e a marginalização cultural, através de ações culturais, esportivas, direitos humanos e desenvolvimento social.

Assim sendo, a finalidade do Programa Mais Educação nas escolas brasileiras é sensibilizar, incentivar e apoiar ações e/ou projetos que articulem políticas sociais e ações educativas que tragam de fato mudanças à rotina escolar e melhorias na qualidade do ensino. Além disso, objetiva ampliar o tempo de permanência dos educandos na escola, ainda diversifica os espaços educativos, aumentando as oportunidades de aprendizagem, bem como reestrutura do currículo, criando assim novos territórios educativos e novos itinerários formativos.

No que diz respeito às modificações no currículo, o Programa Mais Educação precisa adotar práticas não dicotomizadas para que a ampliação da jornada não se torne uma repetição das práticas desenvolvidas no horário regular. Logo, há uma preocupação no sentido de que este seja executado adequadamente de acordo com o proposto. Arroyo (2012) alerta ainda para o fato do referido programa não se reduzir a mecanismos de moralização ou de reforço escolar.

Há, portanto, uma grande preocupação com as práticas curriculares a serem adotadas na execução do programa em questão. As ampliações do tempo e dos espaços educacionais devem ser muito bem planejadas e pautadas em atividades e conteúdos que oportunizem melhorias no ensino e que despertem no educando o estímulo necessário para se incluir no programa por interesse e não por obrigação. Embasado nessa preocupação, Moll (2009) enfatiza que:

é necessário que o conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar também inclua práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que estão na base da vida cotidiana e que, articulados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade (MOLL, 2009, p. 27).

Esta discussão sobre o conjunto de conhecimentos a serem disponibilizados perpassa pela inclusão da tecnologia, da arte e da cultura no currículo. O Programa Mais Educação além de integrar as famílias e a comunidade, tem como proposta reorganizar o currículo, incluindo neste, atividades artísticas, culturais, geração de novos conhecimentos e promover o acesso às tecnologias digitais. Essas atividades devem abarcar as dimensões lúdicas, afetivas e cognitivas, as quais despertem a expressividade, a criticidade e a humanização.

De acordo com essa proposta, as ações desenvolvidas com a execução do programa devem estar pautadas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico (Ciências, História e Geografia, Letramento/Alfabetização, Línguas

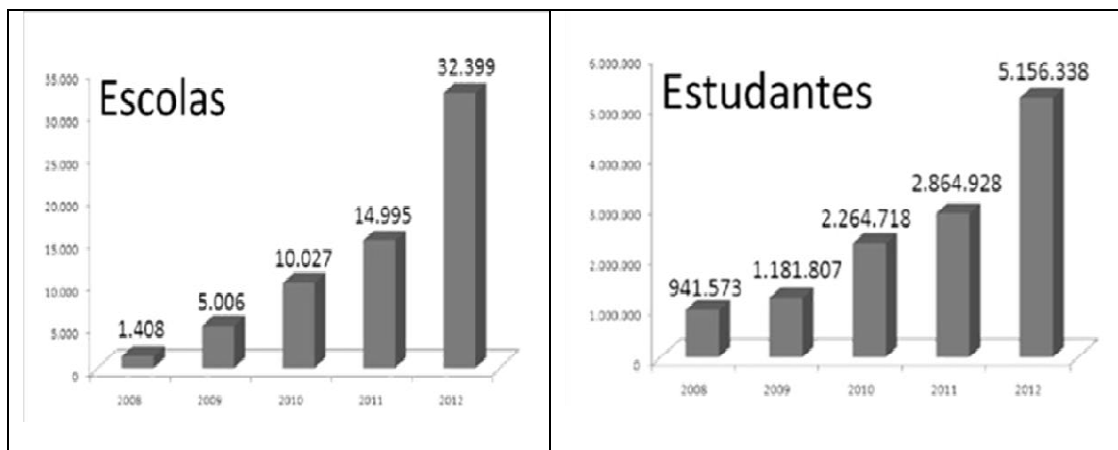
estrangeiras, Matemática e Tecnologias Educacionais), Meio Ambiente (Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias educacionais), Esporte e Lazer (Atletismo, Basquete de Rua, Basquete, Corrida de Orientação, Futebol, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Natação, Recreação e lazer/Brinquedoteca, Taekwondo, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, Voleibol, Xadrez tradicional, Xadrez Virtual, Yoga/Meditação e Tecnologias Educacionais), Direitos Humanos em Educação, Cultura, Artes e Educação Patrimonial, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Educomunicação, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa. A proposição de tais atividades almeja modificar o currículo tradicional, promover a formação integral dos educandos e melhorar a qualidade da educação oferecida.

Em 2013, após algumas alterações, o referido Programa reduziu seus macrocampos de 10 para 05. Acompanhamento Pedagógico (obrigatório em pelo menos uma atividade); Comunicação/ Uso de Mídias/ Cultura Digital e Tecnológica; Cultura/ Artes/ Educação Patrimonial; Educação Ambiental/ Desenvolvimento Sustentável; Economia Solidária/ Criativa/ Educação Econômica e Esporte e Lazer. Ocorreram também mudanças no número de alunos atendidos por turmas. Em 2012 havia uma previsão de 30 alunos por turma, em 2013 essa determinação foi alterada para até 20 alunos.

Quanto à implantação os Municípios, Estados e Distrito Federal ao aderirem ao “Plano de Metas Todos pela Educação” (Decreto nº 6.094/07) tornaram-se aptos a participar do Programa Mais Educação (PME). Sua implantação deu-se inicialmente nas escolas “prioritárias”. Eram escolas que apresentavam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) menor ou igual a 4,2 e escolas que estivessem localizadas nos territórios prioritários do Plano Brasil sem Miséria, ou seja, estudantes que se encontrassem em situação de vulnerabilidade social e de pobreza.

A partir de 2011 a adesão foi voluntária. As escolas que se interessassem poderiam aderir, implantar e executar o programa. Contudo, as mais indicadas seriam escolas cuja maioria dos educandos fosse cadastrados nos programas sociais do Governo Federal. Em 2008, o Programa Mais Educação contemplava 1.380 escolas a nível nacional, no ano de 2012 o número de escolas atendidas subiu

para mais de 32 mil, distribuídas em 62 % dos municípios brasileiros, atendendo a 5.156.338 estudantes, como podemos observar nos gráficos abaixo.



Fonte: FNDE/2013

De acordo com o manual de Educação Integral produzido pela equipe do MEC (BRASIL, 2009a), é necessário criar comitês para gerenciamento do programa em questão, tais como: Comitês Locais que deverão ser constituídos de professores da escola, pais de alunos, representantes dos estudantes e representantes da comunidade; Comitês Metropolitanos, Regionais ou Estaduais deverão ser constituídos pela representação de cada secretaria estadual, municipal e distrital que desenvolve o Programa Mais Educação. Portanto, os representantes de áreas de atuação com interface no Programa (Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e outras), atores sociais e institucionais diversos devem colaborar para a realização das ações, a fim de proporcionar suporte às escolas na implantação do programa.

Após a criação do Comitê Local as escolas devem fazer um levantamento sobre a sua realidade local e contexto social, e a partir da situação observada, instituir práticas curriculares com base nos macrocampos oferecidos. Tais atividades deverão ter consonância com o projeto político pedagógico, além de valorizar o contexto local.

Teoricamente, a implantação do Programa Mais Educação nas escolas é simples. A Secretaria de Educação disponibiliza um professor para exercer a função de Coordenador/Professor Comunitário, com disponibilidade de no mínimo 20 horas. A função desse profissional é coordenar o processo de articulação com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na

articulação entre os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar estabelecido.

Acerca do perfil do Coordenador/Professor Comunitário, é pertinente ressaltar o que é apresentado no Manual Passo a Passo do Mais Educação. (BRASIL, 2009a).

Não há uma definição “fechada” sobre quem pode exercer a função de professor comunitário. Podemos apontar algumas características importantes. Sabe aquele professor solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar? Aquele que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo? Que apoia novas ideias, transforma dificuldade em oportunidade e se dedica a cumprir o que foi proposto coletivamente? Aquele que se emociona e compartilha as histórias e problemas das famílias e da comunidade. Um professor assim tem um excelente perfil, (BRASIL, 2009a, p.13).

De acordo com a proposta pedagógica que a escola se propõe desenvolver, com as escolhas dos macrocampos e atividades escolhidas, prossegue o próximo passo que é a triagem dos educandos para formação das turmas, concomitantemente ocorre a seleção dos monitores, que irão ministrar as oficinas temáticas. Cabe ressaltar ainda que não há vínculo empregatício com os monitores, uma vez que estes desenvolvem um trabalho de caráter voluntário, com base na Lei nº 9.608, que regulamenta o trabalho voluntário (BRASIL, 1998).

Para ser voluntário, alguns critérios são observados para a seleção, por exemplo: ser estudante universitário de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas ou profissional na área. Poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio, etc. Recomenda-se apenas que seja maior de 16 anos. Os professores não devem exercer função de monitores na própria escola.

Quanto ao papel dos monitores, estes devem adotar uma postura pautada numa dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2009b, p. 13).

Com base nisso, a seleção dos monitores é feita pela equipe responsável pela coordenação do programa. Pelo trabalho voluntário os monitores recebem

sessenta reais mensais. Cada monitor pode assumir no máximo 05 (cinco) turmas numa mesma unidade de ensino, portanto cada monitor poderá receber no máximo a quantia de trezentos reais para ressarcimento de despesas com transporte e alimentação.

Esses recursos financeiros disponibilizados para ressarcimento dos monitores (ajuda de custo) e também para aquisição de materiais pedagógicos (custeio, capital e serviços) são repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e gerenciados pelo Conselho Escolar. As orientações sobre o financiamento do Programa Mais Educação estão expressas na Resolução nº21/2012 do FNDE, que no artigo 3º esclarece:

Os recursos destinados ao financiamento do Programa Mais Educação serão repassados às UEx para cobertura de despesas de custeio e capital, calculados de acordo com as atividades escolhidas e a quantidade de alunos indicados nos Planos de Atendimento da Escola, cadastrados no SIMEC, e voltados à cobertura total ou parcial de despesas previstas no Manual de Educação Integral para o exercício de 2012, disponível nos sítios www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br, devendo ser empregados:

I – na aquisição de materiais permanentes e de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades do Programa Mais Educação; e

II – no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação.

§ 3º Os repasses de recursos para os fins previstos no inciso I do caput deste artigo serão calculados considerando o número de alunos a serem beneficiados com o Programa Mais Educação, conforme o Plano de Atendimento Geral Consolidado aprovado pela SEB/MEC (...) (BRASIL, 2012, p. 22).

O Plano de Atendimento Geral Consolidado é o documento que vai orientar a escola, de acordo com as escolhas feitas no sistema do MEC trazem, detalhadamente, o número de alunos atendidos, as oficinas a serem oferecidas, os kits pedagógicos que devem ser adquiridos para subsidiar cada oficina e os recursos disponíveis para cada ação de custeio e de capital.

O grande desafio do Programa está em sua execução, pois para adotar uma política sócio educativa baseada nos preceitos da Educação Integral, necessita-se de toda uma reorganização pedagógica e logística. Nesse sentido, a escola sente um grande impacto, já que são necessárias mudanças em toda sua estrutura de funcionamento, exigindo mudanças de postura frente à realidade escolar.

Conseqüentemente, os responsáveis pela educação são obrigados a sair do comodismo e da mesmice pedagógica.

Por outro lado, planejar, estabelecer parcerias e definir os ambientes de aprendizagens, além de escolher os atores sociais, profissionais e os agentes responsáveis pelas ações de desenvolvimento ocasiona uma mudança qualitativa na rotina da escola. Cabe, portanto, ao gestor escolar incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, educandos e seus familiares. O Coordenador/Professor Comunitário tem o papel de interligar os vários setores da escola e da comunidade, participar das tomadas de decisões, execução de estratégias, além de mediar conflitos e solucionar problemas.

Desse modo, cada escola precisa desenvolver no contra turno obrigatoriamente uma atividade de Acompanhamento Pedagógico (Letramento ou, Matemática, Ciências ou, História e Geografia, ou Línguas Estrangeiras, ou Tecnologias de Apoio à Alfabetização), mais quatro ou cinco atividades distribuídas nos campos de conhecimento eletivos: Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa.

Por sua vez, os monitores, sob a coordenação e supervisão do Coordenador/Professor Comunitário, deverão interagir com os educandos sempre numa perspectiva multidisciplinar, não só com o apoio dos gestores e demais professores da escola, mas também de toda comunidade e demais setores da sociedade.

O sucesso da implantação do Programa Mais Educação depende da cooperação entre os variados setores da sociedade governo, instituições públicas e privadas até a comunidade. Essa cooperação, portanto, promove o fortalecimento do vínculo entre escola, modo de vida e vida cotidiana, convergindo para o aumento da aprendizagem dos educandos, uma vez que, as ações educativas são feitas a partir da análise das demandas e necessidades locais da comunidade escolar.

Nesse contexto, Delors (1996, p.67) enfatiza que “a socialização de cada indivíduo e seu desenvolvimento pessoal não devem ser fatos antagônicas”, então, precisamos ampliar o tempo/espço e investir na qualidade da educação,

oferecendo oportunidades para que haja integração e respeito aos direitos individuais dos alunos.

1.3.1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DA PARAÍBA

A partir do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que objetiva desenvolver uma série de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da educação básica em todo território nacional (BRASIL, 2009a) e do Plano de Ações Articuladas (PAR), o estado da Paraíba promove sua adesão ao Programa Mais Educação no ano de 2008, e de forma gradativa, implanta este programa em seus estabelecimentos de ensino.

Na Paraíba, a implantação do programa nas escolas é gerenciada pelo plano de gestão “Paraíba Faz Educação”. Este por sua vez, representa a política estadual para a melhoria da qualidade da educação e promove o acompanhamento das escolas públicas, sejam elas municipais ou estaduais, as mesmas assinam o termo de adesão ao Programa Mais Educação e em seguida necessitam se organizar para sua implantação e execução.

A equipe gestora do “Paraíba Faz Educação” dá suporte aos municípios na implantação do programa. De acordo com o Manual Passo a Passo do Programa é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação criar os comitês estratégicos estaduais, com a finalidade de fomentar, articular e integrar os diferentes setores, bem como os atores e políticas sociais envolvidas com a implementação do Programa nas escolas da rede estadual e municipal, a partir de propostas pautadas no diálogo entre escola e comunidade.

A proposta da Secretaria de Educação é que cada escola elabore seu próprio projeto educativo a partir de sua realidade sócio cultural a fim de articular conhecimentos escolares e de sua realidade local, com o auxílio dos membros dos comitês.

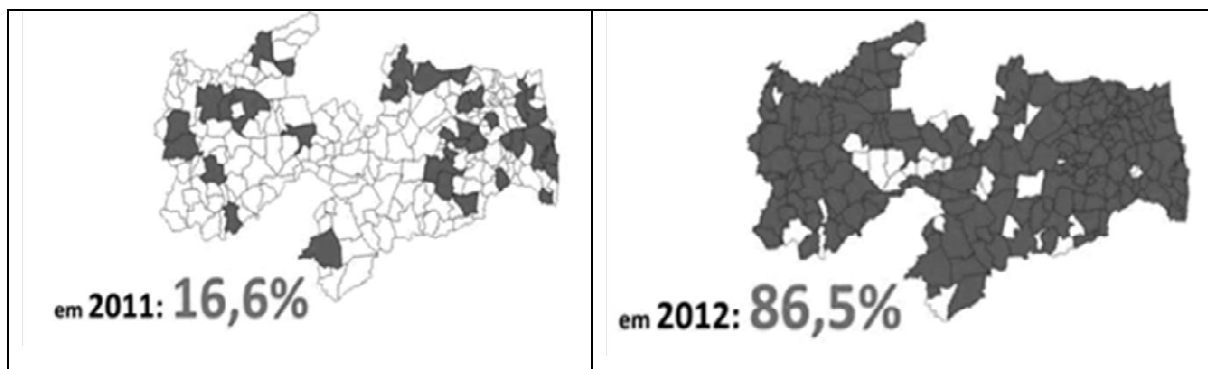
Apesar de ser implantado gradativamente, o programa apresenta crescimento considerável. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação podemos observar aumento no número de escolas que adotam o programa como política pública de educação integral desde 2008, quando o estado contava apenas com 73 escolas com o programa em fase de implantação. Em 2009,

esse quantitativo subiu para 183 escolas, em 2010 já eram 326, em 2011 elevou-se para 521 escolas e em 2012 para 1.362 escolas. Como podemos observar nos gráficos abaixo.



Fonte: SEE/PB/2013

A proporção dos municípios paraibanos atendidos pelo Programa Mais Educação cresceu consideravelmente. Como podemos observar no gráfico abaixo, no ano de 2011 eram apenas 16,6% dos municípios, no entanto no ano seguinte esse número subiu para 86,5%.



Fonte: SEE/PB/2013

Com o significativo aumento na adesão dos municípios paraibanos, o número de estudantes atendidos pelo Programa também teve um grande aumento. No ano de 2008, o quantitativo de estudantes atendidos era de 38.744, que teve seu crescimento ao longo dos anos como mostra o gráfico abaixo. Em 2012, este número encontrava-se em 188.674 estudantes:



Fonte: SEE/PB/2013

A partir dos dados apresentados percebemos que há um grande avanço na implantação do Programa Mais Educação como adoção de uma política pública de educação integral nas escolas do estado da Paraíba.

No entanto, há uma preocupação no que se refere às condições de implantação e execução do programa. Será que as entidades educativas estão preparadas para adotar uma proposta voltada à promoção de educação compartilhada, integral e integrada, ao mesmo tempo acadêmica e comunitária?

Adotar uma educação integral requer uma série de medidas que visem o compartilhamento das responsabilidades educacionais com a comunidade e entidades parceiras, como sugere as proposições do Programa.

CAPÍTULO II

A PESQUISA E UMA PROPOSTA DE USO DA TECNOLOGIA COMO POTENCIALIZADOR PEDAGÓGICO

Este capítulo aborda o processo de coleta, sistematização, análise dos dados, reflexões e ações sobre o desenvolvimento do Programa Mais Educação. E apresenta como sugestão o uso dos recursos tecnológicos como alternativa para a superação dos desafios impostos por este modelo de educação.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

É importante para o pesquisador identificar o tipo de pesquisa a ser desenvolvida para que esta forneça o suporte adequado aos objetivos. Quanto à abordagem, esta pesquisa adota um enfoque quantitativo uma vez que se utiliza de parâmetros estatísticos, para analisar os dados, porém é também de cunho qualitativo, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, percebe-se um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos que não podem ser traduzido em números (GIL,2006).

Quanto aos objetivos, adotamos um caráter descritivo que segundo Gil (2006), objetiva descrever as características de determinado grupo. Quanto aos procedimentos, se enquadra como um estudo de caso que representa uma estratégia de investigação a fim de examinar um fenômeno em seu estado natural, empregando múltiplos métodos de recolha e tratamento de dados sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos ou organizações) (GIL, 2006).

Assim, buscamos analisar a implantação e execução do Programa Mais Educação em uma política de educação integral numa escola pública no município de João Pessoa a fim de contemplar os seguintes objetivos: 1) identificar o nível de qualidade do ensino e aprendizagem após a implantação e execução do Programa Mais Educação; 2) analisar as novas oportunidades educativas criadas, bem como, 3) averiguar o potencial pedagógico do uso de tecnologias nas atividades desenvolvidas.

Embasada em um levantamento bibliográfico esta pesquisa adota como instrumentos para a coleta de dados a análise documental, aplicação de

questionários e observação. A partir dos quais, buscamos analisar a realidade social a partir de uma perspectiva analítica e crítica, propiciando uma reflexão sobre as ações desenvolvidas pelo Programa Mais Educação. A escolha do *corpus* se deu a partir de observações das práticas pedagógicas adotadas por esta política pública no ano de 2013 na escola em análise.

Como enfatizamos anteriormente, o programa se propõe a adotar uma concepção de educação em tempo integral levando em consideração a articulação de saberes e práticas nos diferentes contextos, ou seja, deve-se vincular os saberes escolares com os saberes da comunidade local a fim de favorecer uma relação dialógica, reflexiva e prática, construindo assim uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, Gonçalves (2006) enfatiza que:

só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas em tempo integral, se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras (GONÇALVES, 2006, p. 03).

Nessa perspectiva, entendemos a ampliação da jornada escolar na educação em tempo integral como uma extensão da qualidade do ensino, desta forma esta pesquisa procurou averiguar se essa extensão do tempo é sinônima de qualidade.

A escola que elegemos para análise de implantação e execução do Programa Mais Educação localiza-se no bairro do Cristo Redentor na cidade de João Pessoa e pertence a 1ª Região de Ensino do estado, atende principalmente alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) distribuídos nos em três turnos.

O Programa Mais Educação foi implantado na referida escola inicialmente em 2011, oferecendo oficinas de Letramento, Matemática, Judô, Violão, Fanfarra e o Segundo Tempo (atividades esportivas), atendendo 150 adolescentes do 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino. No ano de 2013, ano que se deu a pesquisa, as mesmas oficinas foram oferecidas com o mesmo percentual de alunos.

No diz respeito à estrutura de funcionamento do programa na referida escola, os macrocampos selecionados no ano de 2013, foram: Acompanhamento Pedagógico com as oficinas de Letramento/Alfabetização e Matemática; Esporte e Lazer com a oficina de Judô; Cultura, Artes e Educação Patrimonial com as oficinas Banda Fanfarra e Iniciação Musical por meio de Violão. Tais macrocampos estão diretamente ligados à proposta do Projeto Político Pedagógico da Escola, uma vez

que as oficinas foram escolhidas devido aos trabalhos já desenvolvidos na escola com essas temáticas. Segue a discriminação do quantitativo de alunos atendidos em cada uma das oficinas no ano de 2013:

Oficinas Ministradas	Número de alunos atendidos
Letramento	20
Matemática	20
Judô	15
Violão	23
Fanfarra	42
Segundo Tempo	20
TOTAL	150

Fonte: Censo Escolar 2013

Para melhor compreensão do funcionamento do Programa, segue uma sucinta descrição das oficinas feita a partir da observação e conversas com os monitores. Cada oficina tem duração de 50 minutos, exceto a fanfarra que tem um seu funcionamento diferenciado. São elaborados horários para que todos os alunos participem de todas as oficinas.

Oficina Letramento

Objetivos:

- a) Despertar nos alunos o gosto pela leitura através da articulação entre a expressão oral e a produção textual;
- b) Promover o desenvolvimento da linguagem escrita e práticas discursivas orais;
- c) Estreitar a articulação entre expressão oral e escrita tendo como base a cultura local, além de desenvolver a criatividade e a imaginação, com o intuito de melhorar o nível de letramento dos alunos.

A metodologia utilizada busca incentivar a leitura de forma prazerosa e a produção textual de maneira lúdica. Para isso, o monitor realiza leituras compartilhadas, leituras individuais, etc. Há um pequeno acervo bibliográfico numa caixa que é espalhado sob a mesa e os alunos escolhem os exemplares que lhes

interessam. Feita a leitura, há discussões acerca da leitura mais interessante. Após essa etapa, é escolhido o que mais chamou atenção para fazer uma dramatização ou uma produção textual sobre o tema abordado no livro.

Outro método observado foi o uso de vídeos com temas diversos selecionados de acordo com a faixa etária, tais temas observados foram: o rei do cangaço, internet, redes sociais, tecnologia, *animes* e lendas urbanas com o intuito de estimular a produção textual e a oralidade.

Além de incentivar práticas discursivas orais, leitura e a produção textual, o monitor também busca o desenvolvimento de uma percepção crítica das leituras e vídeos apresentados. Embora, alguns alunos apresentassem resistência quanto às discussões, a dinâmica adotada era satisfatória e fazia com que os alunos permanecessem atentos à oficina. Essa oficina era ministrada por um estudante de Letras e funciona em uma sala de aula, às vezes no pátio. Um relato interessante do monitor desta oficina foi sobre o quanto este aprendeu com cada aluno, com a história de vida de cada uma das crianças e adolescentes, o que gerou um vínculo afetivo e conseqüentemente promoveu um melhor aproveitamento das crianças na oficina, além de favorecer no que se refere à disciplina.

Oficina de Matemática

Objetivos:

- a) Propiciar aos alunos do Programa Mais Educação a utilização de jogos matemáticos para melhorar o aprendizado dos conteúdos de forma lúdica;
- b) Promover a interação entre o cotidiano e a Matemática no contexto formal e informal em busca de uma formação humana integral.

Na oficina de Matemática são utilizados jogos matemáticos de raciocínio lógico, tangran, mosaicos geométricos, fitas métrica, balança etc. Com a finalidade dinamizar o ensino da Matemática.

Esta oficina apresenta uma metodologia baseada na ludicidade e no uso de material concreto buscando desenvolver o raciocínio lógico. Há sempre uma preocupação do monitor em buscar a dinamização do processo de aprendizagem para que os alunos permaneçam interessados nas temáticas abordadas e para que a oficina não se torne uma aula de reforço, com a qual é muito confundida. Essa oficina é ministrada por um estudante de Matemática e funciona numa sala de aula.

De acordo com o monitor há resistência dos alunos em permanecerem na oficina, segundo ele há um “estigmatização” da Matemática como uma disciplina excessivamente abstrata e “difícil”, e isto se tornou uma espécie de mito, o de que a matemática não desperta o interesse dos alunos.

Oficina de Judô

Objetivos:

- a) Conscientizar sobre a relação esporte e vida saudável;
- b) Estimular a prática das manifestações corporais relacionadas à arte e suas variações;
- c) Motivar o desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional;
- d) Diminuir a indisciplina ao estimular a concentração e a eficiência.

A oficina de esportes sempre desperta grande interesse dos alunos, com a de Judô não é diferente. O Judô é uma atividade recreativa que busca um equilíbrio corpo/mental, para tal são trabalhados princípios como: delicadeza, cortesia, coragem, sinceridade, controle de si, respeito, honra, modéstia e amizade. Dessa forma o monitor usa técnicas para melhorar a concentração dos alunos e elevar a autoestima destes. Essa oficina é ministrada por uma profissional de Educação Física e funciona em uma sala de aula, onde são colocados os tatames e as roupas distribuídas entres os alunos.

Oficina de Violão

Objetivos:

- a) Oportunizar práticas musicais e culturais com os alunos;
- b) Desenvolver a habilidade de utilizar o violão;
- c) Aprimorar o trabalho em grupo;
- d) Desenvolver a coordenação motora e a afetividade;
- e) Promover apresentações culturais e aproximar a comunidade e, principalmente os pais no acompanhamento das atividades artísticas e culturais desenvolvidas na escola.

A música é considerada, entre todas as artes, a mais dinâmica e comunicativa. As aulas de violão são ministradas em uma sala de aula, os alunos

têm acesso aos violões adquiridos pelo programa para auxiliar o desenvolvimento das atividades. O monitor desenvolve atividades que promovem conhecimentos básicos, teóricos e práticos, sobre música e técnicas instrumentais de violão. Há a definição de um repertório a ser ensaiado para que possam ser feitas apresentações para a comunidade em geral. Essa oficina é ministrada por um estudante de Filosofia.

Oficina de Fanfarra

Objetivos:

- a) Promover a integração dos alunos;
- b) Estimular a criatividade, reflexão e autodisciplina;
- c) Ampliar o conhecimento sobre música e cultura através do uso de instrumentos de sopro e percussão.

A oficina de fanfarra é oferecida aos alunos no sentido de exercício da arte de forma prática através da expressão musical em busca da representatividade social da comunidade escolar. A fanfarra é sinônima de produção cultural e afirmação da identidade social da comunidade escolar. Esta oficina é a mais procurada.

A oficina e os ensaios são ministrados no pátio da escola com os instrumentos musicais enviados pelo MEC. Para não atrapalhar as aulas do horário normal, esta oficina tem um horário especial e uma duração maior que as demais. Funcionando três vezes por semana das 17h 40 min até as 19 h00 min. São trabalhados conceitos teóricos e práticos sobre a música, repertórios e as coreografias que serão desenvolvidas para as apresentações em dias festivos e concursos.

O monitor desta oficina é bastante dedicado aos ensinamentos sobre a música. Em seu discurso percebe-se a satisfação com o seu trabalho, ele enfatiza que ministrar esta oficina é muito mais que apenas ensinar os alunos a tocar os instrumentos, é ensinar a ouvir sons, enfim, para ele trabalhar a musicalidade melhora o trabalho em grupo favorecendo a cooperação e o respeito mútuo.

Essa oficina é ministrada por um pai de aluno da comunidade que não tem formação específica, mas se destaca com a fanfarra no bairro, além de sempre participar de atividades festivas e concursos de bandas de fanfarra.

Segundo Tempo

Objetivos:

- a) Democratizar e promover o acesso e a prática do esporte;
- b) Buscar o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens para uma formação cidadã.

O Segundo Tempo é resultado de uma parceria entre os Ministérios do Esporte e Educação e foi integrado ao Programa Mais Educação. Na escola esta oficina promove práticas esportivas de futebol de campo e de vôlei. O grande desafio dessa oficina é a prática de esporte numa quadra que não apresenta condições mínimas de uso. O responsável pela sua execução é o professor de Educação Física que já trabalha na escola.

De acordo com o observado as oficinas apresentam práticas pedagógicas de forma vaga, sem muito planejamento. O problema da indisciplina dos alunos prejudica o andamento das ações e alguns espaços como a quadra de esporte e a sala de vídeo não apresentam condições adequadas de uso, dificultando desta forma tais ações.

2.2 O CONTEXTO DA GERAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a construção do referencial teórico e da descrição do campo da pesquisa, podemos prosseguir com a coleta, o registro e a análise dos dados através do estudo de caso seguindo as seguintes etapas:

- a) Análise Documental – visitamos a escola e solicitamos da gestora documentos para que pudéssemos ter acesso ao número de alunos matriculados no ano de implantação do Programa Mais Educação e nos anos subsequentes, ainda solicitamos planilhas com os resultados do IDEB dos anos de 2010 até 2013 e os resultados anuais de aprovação, além da relação do número de alunos atendidos pelo programa e da quantidade e especificação das oficinas oferecidas.
- b) Observação do campo de pesquisa – por meio de observações diretas na escola pesquisada verificamos que foram feitos levantamentos na sua infraestrutura, ainda averiguamos como são utilizados outros espaços além da sala de aula, tais como: biblioteca, laboratório de informática e quadra esportiva e outros.

c) Aplicação dos questionários - esta técnica de investigação se constituiu de uma das mais importantes etapas para a obtenção de dados da pesquisa. Os questionários foram aplicados ao Professor Comunitário/coordenador e aos seis (06) monitores do Programa a fim de obtermos informações acerca da sua implantação e execução.

Os questionários utilizados foram de dois tipos: um voltado para os coordenadores e outro para os monitores, as questões elencadas neste instrumento de pesquisa respondem as principais dúvidas, desta forma podemos tomar conhecimento das expectativas, opiniões e situações vivenciadas na escola.

No questionário destinado ao coordenador foram colocadas questões acerca do cargo ou função que ele exerce na escola; atividade que desenvolvem; número de alunos atendidos; avaliação a frequência; apoio por parte da comunidade escolar; sobre os macrocampos. Ainda foi indagado dele se há relação das oficinas escolhidas com o Projeto Político Pedagógico da Escola; quais os critérios utilizados para a seleção dos monitores; se tem alcançado seus objetivos; se há parcerias entre entidade e/ou comunidade e quais os maiores desafios para execução.

No questionário para os monitores indagamos deles acerca da formação acadêmica, oficina ministrada, número de alunos em cada oficina, se o monitor pertence à comunidade; frequência; apoio por parte da comunidade escolar; uso de recursos tecnológicos; relevância da oficina no rendimento dos alunos; objetivos propostos e quais os maiores desafios na execução das oficinas.

Com o processo de análise dos dados buscamos compreender como ocorre a execução do Programa Mais Educação, no que diz respeito à postura dos sujeitos envolvidos, as ações desenvolvidas, o impacto sobre o ensino, a utilização dos espaços educativos e recursos disponíveis na escola.

De acordo o censo escolar, a escola pesquisada apresentou os seguintes dados em relação ao número de alunos matriculados desde o ano de 2010, conforme tabela abaixo:

Ano	Número de Alunos Matriculados	Número de alunos atendidos pelo Programa Mais Educação
2010	512	--
2011	650	150
2012	507	150
2013	419	150

Fonte: Censo Escolar 2013

No que diz respeito ao número de matrículas, houve uma variação considerável desde o ano em que foi implantado, seguido de um declínio. Em 2013, voltou a crescer como podemos observar, esta redução se deve ao fato de que a escola abriu matrículas para turmas do ensino médio em 2012. Sendo assim, houve uma diminuição nas turmas do ensino fundamental. A escola fez sua adesão no ano de 2011, atendendo a 150 alunos, número que se mantém até o presente ano.

Outro parâmetro para analisar o rendimento é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem por finalidade medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, calculado através da análise da taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e através do desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil que é aplicada a cada dois anos com os alunos do 5º ano, 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

Quanto ao desempenho da escola na avaliação IDEB nas edições de 2007, 2009, 2011 e 2013 percebemos que ainda se encontra muito distante das metas propostas pelo Governo Federal.

Estes resultados servem de parâmetro para orientar ações a serem desenvolvidas na escola. A cada avaliação, novos objetivos são propostos e ações educativas desenvolvidas, como por exemplo, implantar atividades que buscam um maior empenho no ensino, a oferta de atividades que estimulem o aprendizado e utilização de espaços alternativos a fim de fortalecer o compromisso de cada educador com seus alunos, tentativa de buscar uma melhoria na qualidade da educação oferecida aos alunos. No entanto, estas ações não estão obtendo o sucesso esperado, pois como podemos observar na tabela abaixo, as metas estão distantes da meta estabelecida pelo Ministério da Educação:

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB observado	2,5	2,7	2,4	-	-	-	-	-
Metas Projetadas	2,6	2,8	3,2	3,7	4,2	4,4	4,7	5,0

Fonte: INEP, 2012

Mesmo não cumprindo as metas propostas pelo Governo Federal, a escola conseguiu uma pequena melhoria no rendimento dos alunos a partir de 2011. No entanto, de acordo com os dados dos rendimentos de 2012, podemos inferir que os resultados do IDEB/2013 não atingirão a meta, uma vez que houve um pequeno aumento nos índices de aprovação, redução da reprovação e evasão, como mostra a tabela seguinte:

Nível	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Reprovação	Reprovação	Reprovação	Abandono	Abandono	Abandono
6º ao 9º ano	63,8	66,2	68,2	8	6	5	28,2	27,8	26,8

Fonte: Censo Escolar 2013

Diante das observações feitas, no que se refere à infraestrutura que serve de apoio ao Programa Mais Educação, a escola dispõe de 12 (doze) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) laboratório de informática com 12 computadores, 01 (uma) sala de vídeo, 01(uma) sala de professores, 01(uma) sala de direção, 01(uma) sala de supervisão, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) quadra poliesportiva descoberta, 01 (uma) cozinha, 04 (quatro) banheiros e 01 (um) pátio coberto.

Verificamos que a escola apresenta alguns problemas de ordem física, as salas de aula são amplas, mas não têm ventilação. O laboratório de informática e a sala de vídeo são ambientes muito quentes, acarretando desconforto para os alunos. A quadra não apresenta condições mínimas para a prática de esportes, dificultando o desenvolvimento das atividades esportivas.

Observamos que não há prioridade quando se trata da infraestrutura da escola pesquisada. E as oficinas são ministradas nestes espaços precários, diante disso, deduzimos que não se leva em consideração que a escola deve ser um ambiente agradável para que os alunos se sintam bem e nela permaneçam por prazer de conviver e de interagir nesse ambiente.

Os 150 alunos atendidos pelo Programa são distribuídos em turmas com idade e séries variadas de acordo com as características de cada atividade. As oficinas são ofertadas no horário oposto às aulas regulares, exceto a da Banda

Fanfarra que acontece sempre as segundas, quartas e sextas das 17h40min as 19h00min horas.

Nesse período em que são ministradas as oficinas, são servidos aos alunos no turno da manhã, café, lanche e almoço; no turno da tarde, lanche e jantar, como previsto no Manual (BRASIL, 2009a). O horário é dividido em quatro aulas de 50 minutos com oficinas ministradas de segunda a sexta feira. Cada oficina tem um kit de material pedagógico para auxiliar seu desenvolvimento, estes materiais são adquiridos com recursos financeiros provenientes do próprio programa.

De acordo com dados que constam no questionário, o Professor comunitário/Coordenador é funcionário efetivo da escola e tinha função de coordenador pedagógico, agora disponível apenas para coordenar as ações do Programa Mais Educação, como sugere o Manual do Programa.

Com relação à frequência dos alunos, o Professor comunitário/Coordenador enfatiza que depende de cada oficina ministrada. Muitos alunos se mostram resistentes a participar das oficinas de Acompanhamento Pedagógico. No que se refere à participação da comunidade, esta apoia as ações, embora não se mostre participativa.

Quando questionado sobre os critérios que são utilizados para a seleção dos monitores, o Professor comunitário/Coordenador afirmou que são abertas inscrições para a seleção, os interessados se inscrevem e é feita uma entrevista. Não é comum inscrições de pessoas da comunidade. Nas atuais oficinas, apenas um dos monitores é da comunidade, os demais são estudantes universitários ou professores que foram selecionados e se dispuseram a trabalhar.

Podemos observar que há uma sintonia entre os envolvidos no programa e toda a equipe escolar, no entanto, como constatamos, não há parcerias com outras instituições e nem são utilizados outros espaços para desenvolvimento das atividades, estas se limitam ao ambiente escolar.

No que se refere aos objetivos alcançados, o professor comunitário ressalta que, em relação à ampliação da jornada escolar e a reorganização curricular, a escola aos poucos está se adequando. No entanto, o compartilhamento da educação está ainda apenas no âmbito escolar, pois a participação da família ainda é muito pequena e a parceria com outras instituições ainda não existe. Vale salientar que isto, ou seja, o fortalecimento dessa parceria família-escola-instituições se constitui um dos maiores desafios.

De acordo com as respostas do Professor comunitário, a família ainda não tomou consciência de que esta educação compartilhada a que se propõe essa política educacional é uma alternativa para melhorar o aprendizado dos nossos alunos.

No que diz respeito aos desafios, o Professor comunitário destaca que a frequência dos alunos é uma das maiores dificuldades, pois muitas vezes os alunos fogem da escola para não ficar na escola após o horário normal das aulas, isto ocorre porque eles não veem as oficinas de forma atrativa, exceto Judô e Fanfarra. Outros desafios são: espaço físico inadequado e ausência de formação para os monitores, bem como ausência de parcerias.

No sentido de fortalecer a relação família e escola junto ao Programa Mais Educação, Nóbrega e Silva, (2011) evidencia que:

[...] para potencializar a construção da relação da escola com a comunidade o programa prevê que a direção fique com a incumbência de potencializar a participação de todos na gestão escolar, formando uma equipe democrática de trabalho, congregando sujeitos e agregando valores significativos. A gestão democrática segundo o documento é condição para a qualidade educativa [...] (NÓBREGA E SILVA, 2011, p. 14).

Diante desta problemática, entendemos que cabe a equipe gestora e a coordenação superar estas dificuldades e desenvolver ações que busquem uma maior dinamização no processo, a fim de ampliar a qualidade educativa. Ainda podemos verificar que há uma necessidade de estabelecer parcerias com outras instituições sociais, para que outros agentes sejam incorporados ao ambiente escolar e assim favoreçam o processo educacional no sentido de superar limitações e contradições da realidade escolar.

Com base na fala do Coordenador pedagógico, percebemos a importância desta política pública para a comunidade escolar, pois estas ações tanto são importantes para uma melhor aprendizagem quanto para afastá-los da vulnerabilidade social. Percebemos que há um reconhecimento por parte do coordenador no que se refere a estas limitações e também no que diz respeito a tornar o processo educativo em uma ação compartilhada.

Diante do exposto, concluímos que o Programa Mais Educação é fundamental para melhorar o rendimento dos alunos, desde que estes participem ativamente das oficinas. Outro ponto importante se refere ao fato de tirar estes alunos da rua, lugar em muitas vezes estes se encontram sob a influência das

drogas e da criminalidade. Verificamos que a escola pesquisada encontra-se no limite de muitas comunidades carentes e com altos índices de violência. Mas, mesmo diante destas vantagens oferecidas por esta política pública, muitas famílias ainda não fazem parte do referido projeto. Ainda é importante esclarecer que não há parcerias para implementar todas as ações oferecidas, dificultando desta forma um atendimento mais amplo.

É notória a importância que a equipe escolar dá ao programa, no entanto percebemos que o seu funcionamento pauta-se na improvisação, não há métodos pré-definidos para que as ações sejam executadas de forma satisfatória.

Os questionários aplicados aos monitores complementaram as informações para uma melhor compreensão da estrutura e funcionamento do Programa Mais Educação.

Com relação à formação dos monitores 03 (três) deles são estudantes, 02 (dois) professores de Educação Física e outro cursou apenas o ensino médio. Quanto ao fato de pertencerem à comunidade onde está inserida a escola, apenas 01(um) entre os cinco mora nas proximidades da escola.

Com relação à frequência dos alunos nas oficinas ministradas, as de Judô e da Fanfarra são os que têm melhores frequências, apresentando muitas vezes problemas com número excessivo de alunos, visto o grande interesse. As demais oficinas Letramento e Violão têm frequência boa, a oficina de Matemática apresenta frequência regular e sofre com a evasão.

Oficinas	Frequência
Letramento	Boa
Matemática	Regular
Judô	Ótima
Violão	Boa
Fanfarra	Ótima
Segundo Tempo	Ótima

Fonte: Questionários Monitores

Em relação ao apoio para a realização das oficinas, todos os monitores afirmaram que gestores, professores e funcionários da escola estão engajados nas ações desenvolvidas, no entanto não há apoio das famílias, nem há parcerias com outras instituições.

De acordo com a percepção acerca da relevância das atividades desenvolvidas, os monitores consideram de grande importância, pois segundo eles as oficinas despertam nos alunos o interesse nas atividades escolares do ensino regular e isto ocorre a partir das ações desenvolvidas no contra turno. Eles relataram ainda que há uma melhoria na socialização, interação e disciplina, além da ampliação dos conhecimentos acerca de cultura, arte e esportes, mesmo que ainda esteja bem distante do planejado. Vale salientar que mesmo com esta melhoria ainda há indisciplina e evasão. Nesse sentido, o Programa Mais Educação confirma de forma parcial a relevância abordada por Moll (2012), quando esta enfatiza que:

é a conquista efetiva da escolaridade dos estudantes, através da ampliação de experiências educadoras, as práticas realizadas além do horário escolar precisam estar sintonizadas com o currículo e os desafios acadêmicos. Este trabalho tem como objetivo auxiliar na construção de espaços de interseção de tal forma que os conhecimentos escolares tenham condições de trocas com os conhecimentos locais e vice-versa (MOLL, 2012, p. 30).

As experiências educativas vinculadas ao currículo e a ampliação dos espaços educativos se implantados de forma adequada fazem a diferença na proposta de educação integral, oportunizando assim uma nova maneira de construir saberes a partir da realidade local. No entanto, a escola pesquisada ainda não conseguiu atingir os objetivos do programa, pois ainda se encontra na fase de adequação. Como já foi citada anteriormente no capítulo I, a implantação do Programa Mais Educação não é tarefa fácil, pois há a necessidade de uma reestruturação na rotina escolar que estabeleça parcerias com os vários setores da sociedade e principalmente com a família, estes são fatores que ainda estão em andamento na referida escola.

Quanto aos desafios enfrentados na execução das oficinas do programa pelos monitores observamos:

- a) Indisciplina;
- b) Pouco envolvimento das famílias;
- c) Dificuldades nas disciplinas de língua portuguesa e em Matemática, por estas se confundirem com as oficinas de acompanhamento pedagógico e com as aulas de reforço;
- d) Infraestrutura inadequada para a prática de esportes;
- e) Número de instrumentos musicais insuficientes;
- f) Resistência por parte dos alunos na ampliação da jornada escola;

- g) Ambientes, como laboratório de informática, sala de vídeo e quadra esportiva, sem condições adequadas de funcionamento;
- h) Falta de parceria com outras instituições;

Sobre o uso de recursos tecnológicos para auxiliar nas oficinas, os monitores têm conhecimento que existem na escola TV, DVD, data show, computadores, embora eles tenham afirmado que usam tais equipamentos, observamos apenas um deles fazendo uso dos equipamentos, o monitor da oficina de Letramento utiliza a TV e DVD para exposição de vídeos que auxiliam na produção textual.

Para que o Programa Mais Educação apresente melhores resultados, e se apresente como uma política de enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais é necessária a implantação de ações que busquem superar as dificuldades apresentadas. A ausência de integração com a comunidade e a falta de interesse dos alunos em permanecer na escola além do horário regular das aulas são considerados os maiores desafios enfrentados por todos.

Percebemos que com a prática atual adotada pela escola, a educação integral praticada neste estabelecimento de ensino ainda não foi integrada à realidade social comunitária, nem foram ampliadas suas possibilidades educativas. Esta perspectiva de se fazer educação integral precisa ser melhorada, uma vez que não atende aos objetivos propostos no Manual do referido programa, pois as atividades desenvolvidas não envolvem a comunidade e muitas oficinas estão desconectadas da realidade dos alunos. Falta um diálogo para que se conheça o que realmente interessa aos alunos, observamos que há um descompasso entre o que a escola está oferecendo e que de fato os alunos querem.

2.3 A POTENCIALIDADE DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA

Numa sociedade emergente e em constantes transformações, há uma necessidade de se buscar a formação integral do indivíduo. Essa formação integral é um dos grandes desafios enfrentados pela escola, que tem como alternativa adotar práticas educativas pautadas na ampliação do tempo e na oportunização de novas possibilidades educativas, para tal surge o Programa Mais Educação, como foi exposto no capítulo I, com o intuito de superar esse desafio. A implantação deste nas escolas públicas brasileiras busca efetivar uma política educacional pela qual se

priorizem novas práticas pedagógicas que possam ir além da sala de aula e promovam uma ruptura com o modelo da escola tradicional.

Nesse sentido, a proposta desta política pública é ampliar o tempo e o espaço do processo educacional e uso dos espaços além da escola para garantir um ensino contextualizado e de qualidade compartilhado com a sociedade. Com sua implantação nas escolas públicas, houve uma reviravolta na rotina escolar, uma vez que as escolas precisaram se organizar para oferecer atividades no contra turno e adaptar o currículo a nova exigência não só de como fazer educação, mas de um novo perfil dos educandos.

Partindo do pressuposto de que o contexto social que permeia a escola precisa está inserido nas práticas pedagógicas para a formação integral dos indivíduos, entendemos que a tecnologia e todas as suas possibilidades pedagógicas não devem ficar a margem desse processo educativo se elas são por natureza integrante dessa realidade.

O uso das tecnologias no processo de educação em tempo integral é condizente com o comportamento social da atualidade. Essa realidade caracterizada pelo acelerado crescimento do ciberespaço, de novas formas de comunicação e acesso crescente à informação, oportunizam inúmeras condições de aprendizagens, desenvolvimento de habilidades e interações necessárias à formação integral do indivíduo que com práticas tradicionais provavelmente não seriam alcançadas.

Lévy (1999) afirma que há um impacto das tecnologias sobre a construção da inteligência coletiva, o qual fornece um ambiente propício para que esta se desenvolva. Nesse sentido, percebemos que o uso das tecnologias disponíveis na escola junto às ações do Programa Mais Educação poderiam contribuir de forma significativa para a melhoria das atividades e das práticas pedagógicas, favorecendo deste modo novas experiências frente ao contexto social.

Diante dessa revolução informacional das múltiplas conexões, é de suma importância que os conhecimentos tecnológicos adquiridos façam parte do cotidiano escolar. A escola precisa adaptar-se e integrar as tecnologias disponíveis ao seu currículo, para que cada vez mais os alunos possam interagir e aprender, por exemplo, através da internet.

É preciso, contudo, conforme alerta Pretto (2011), chamar atenção para o fato de que o uso dessas tecnologias será um fracasso se insistirmos na sua introdução apenas como mero auxiliares do processo educacional “caduco”, sabendo-se que os

alunos pertencem à outra realidade, ou seja, fazem parte de outro movimento histórico de novas formas de acesso à informação, novos estilos de raciocínio e de conhecimentos adquiridos a partir da experiência, bem como a nova demanda frente aos pares.

De acordo com Levy (1999) devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos e esses espaços podem ser construídos e levados até o cotidiano na escola através do ciberespaço, a fim de que sejam criados novos espaços do conhecimento, pautados em conteúdos não lineares, de forma a permitir os alunos vivenciarem experiências interativas que contribuam para sua formação integral.

Em face do exposto, entendemos que o uso das tecnologias disponíveis na escola pode ser um instrumento valioso para minimizar os muitos problemas que esbarram na melhor utilização do Programa, fomentando uma melhor integração com a comunidade, visto que todos os envolvidos fazem uso de tais tecnologias na sua vida cotidiana.

O uso da tecnologia e da internet é um processo comum aos alunos dentro e fora da escola, assim novas relações sociais e novos contextos para o processo de aprendizagem surgem. A respeito dessa realidade nos remetemos a Levy (1999) que defende a função da cibercultura como potencializadora de uma inteligência coletiva participativa, inclusiva e colaborativa, atributos essenciais para se chegar aos objetivos propostos pelo programa.

2.3.1 MINICURSO: INOVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DAS MÍDIAS

A fim de potencializar o trabalho educativo e oportunizar um ambiente de interação e integração a partir do acesso das tecnologias disponíveis na escola, realizamos um minicurso com o propósito de enfatizar a importância do uso dos recursos tecnológicos como ferramenta de mediação pedagógica nas atividades desenvolvidas nas oficinas. Este minicurso foi assim elaborado:

A princípio com o propósito de enfatizar a importância do uso dos recursos tecnológicos como ferramenta de mediação pedagógica. Para tanto, propusemos ações para a superação do desafio do trabalho com tecnologias na rotina escolar dos monitores do Programa Mais Educação, visando à qualidade de um ensino engajado com práticas sociais presentes no mundo contemporâneo.

Diante dos avanços científico-tecnológicos que promovem uma modificação nas relações entre os educandos e a aquisição do conhecimento, percebemos que a escola necessita de mudanças efetivas no que se refere à dinamização da prática pedagógica. Nesse sentido, este minicurso teve a finalidade de proporcionar aos monitores do referido programa uma reflexão sobre sua mediação pedagógica, a partir de dinâmicas que simularam situações reais vivenciadas, nas oficinas ministradas com a utilização de novos recursos tecnológicos.

Muitos teóricos, a exemplo de Levy (1999), Xavier (2002, 2013), Pretto (2006,) Santaella (2003), fazem referência à importância do uso de recursos tecnológicos como apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Cabe à escola adequar-se a essa nova realidade, possibilitando aos professores, monitores e alunos uma ampliação no modo de pensar e no agir pedagógico.

Mesmo considerando um desafio, a inserção das novas tecnologias na rotina escolar devem ser estimuladas e incluídas. Faz-se necessária uma reflexão acerca das metodologias utilizadas, para transformarmos as aulas em atividades mais interativas e condizentes com a realidade da era tecnológica.

Como objetivos o minicurso apresentou:

- Promover momentos de reflexão e instrumentalização acerca do uso dos recursos didático-tecnológicos na sala de aula;
- Apresentar o uso de mídias - TV, DVD, aparelho de som, data show, computadores, *tablets* e celulares - como ferramenta de mediação pedagógica.

O minicurso foi ministrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Orlando Cavalcanti Gomes – João Pessoa/PB, durante 02 dias, das 14 às 17 horas, com uma carga horária de 8 (oito) horas.

As atividades seguiram os seguintes passos:

- Discussão sobre as atividades desenvolvidas nas oficinas e apresentação dos dados sobre o Programa Mais Educação na Escola;
- Reflexão sobre a prática pedagógica de cada monitor;
- Leitura do referencial teórico acerca da temática do uso das tecnologias como ferramenta de mediação pedagógica;

- Apresentação com data show, abordando situações do cotidiano da escola, destacando os recursos tecnológicos disponíveis e o estado de uso;
- Sugestões de atividades práticas de preparação de aulas, utilizando recursos tecnológicos tais como: TV, DVD, aparelho de som, *data show*, computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares e acesso à *internet*.

Para o desenvolvimento das atividades previstas, foram utilizados os seguintes recursos pedagógicos: Fotocópias do referencial teórico para estudo; aparelho de som; data show; computadores, notebooks e celulares.

Com o desenvolvimento das atividades elaboradas na execução do minicurso alcançamos os seguintes resultados:

- Problematização e reflexão sobre a prática pedagógica e novas tecnologias;
- Conscientização da importância de se aliar ao ensino as novas tecnologias, facilitando o processo de apropriação dos conhecimentos pelos alunos;
- Elaboração de um roteiro para preparação das oficinas utilizando as tecnologias disponíveis na escola;

As ações propostas minicurso pelo buscaram a superação do desafio do trabalho com as tecnologias na rotina escolar dos monitores, visando à qualidade de um ensino engajado com práticas sociais presentes no mundo contemporâneo.

Durante a sua execução foram apresentados dados sobre o Programa Mais Educação na Escola, o que oportunizou uma discussão sobre as atividades desenvolvidas nas oficinas e uma reflexão sobre a prática pedagógica de cada monitor. O referencial teórico que abordou o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar como ferramenta de mediação pedagógica foi um texto de Lévy (1999), e Xavier (2013), que culminou com um debate sobre o macrocampo e Cultura Digital o texto trata especificamente das mídias digitais na escola.

Mesmo que o laboratório não apresente boas condições de uso, pois muitos computadores estão precisando de manutenção e o ar condicionado da sala está quebrado, estes recursos tecnológicos disponíveis na escola foram apresentados aos monitores, em seguida foram feitas sugestões de atividades utilizando recursos tecnológicos disponíveis como a TV, o DVD, o aparelho de som, o *data show* e os computadores. Em seguida elaboramos um roteiro que indica passo a passo o planejamento das atividades a serem desenvolvidas utilizando essas tecnologias.

Após o minicurso os monitores enfatizaram que foi de grande importância essa discussão e que lhes proporcionou uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas, pois ampliou a visão acerca das possibilidades educativas. O Professor Coordenador sugeriu que fizesse a seleção dos macrocampos, na oportunidade foi sugerida a escolha do macrocampo Cultura Digital, para que este desse suporte aos demais.

Nesse sentido, o Programa em questão atrelado ao uso das tecnologias, com oficinas voltadas à Cultura Digital viabilizaria uma política para que a escola oferecesse um novo espaço de aprendizado. Propiciando, assim, interações não lineares, desenvolvimento de competências e habilidades a partir da informação adquiridas e articuladas com a realidade local. Ações como promover o acesso a *internet*, uma vez que a escola possui equipamentos disponíveis, como laboratório de informática e muitos alunos possuem celulares com conexão de rede, dinamizaria todo o processo educativo. Esta escola já possui uma oferta de *internet* banda larga, no entanto mostra-se insuficiente para atender à demanda.

Investir na parceria com empresas e poder ofertar outros canais de acesso ao conhecimento, certamente despertaria maior interesse dos alunos em permanecer na escola e a participar das oficinas, desde que, essas ofereçam conhecimentos significativos para eles. Por sua vez, a escola estaria contribuindo para o desenvolvimento da inteligência coletiva a que se refere Levy (1999).

A partir do uso inovador e democratizador da tecnologia como ferramenta de acesso ao saber, da interação e da integração em rede na comunidade, a escola pode encontrar sua efetivação social de fato, tornando o conhecimento partilhável de maneira que a comunidade e a instituição escolar possam fortalecer os vínculos de parceria e compartilhar esse novo processo de fazer educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral considera o sujeito em suas múltiplas dimensões e busca a formação na integralidade para promover a emancipação. Nesse sentido, ultrapassa a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. Visa, por isso, debater e construir nos estabelecimentos de ensino, espaços de participação da comunidade e de parcerias com diversos setores da sociedade. Dessa forma, busca a aprendizagem na perspectiva multidimensional voltada para práticas da cidadania, do respeito aos direitos humanos e da inclusão tecnológica. Assim, é possível repensar a escola e suas articulações, a fim de concretizar uma educação democrática e de qualidade social que supere os desafios de educar na sociedade contemporânea.

A Educação Integral através do Programa Mais Educação tem como proposta ampliar o tempo e o espaço educativo numa perspectiva de ser compartilhada com a comunidade, e de usar os espaços além da escola para garantir um ensino mais contextualizado e de qualidade. Sendo assim, os alunos devem permanecer mais tempo na escola, com atividades educativas que favoreçam a formação integral com ênfase na articulação entre escola e comunidade.

A análise da experiência de implantação e execução do Programa Mais Educação numa escola pública do município de João Pessoa evidenciou importantes elementos para a compreensão de como ocorre a ampliação do tempo escolar e, por conseguinte sua prática pedagógica, enquanto ferramentas de mudanças qualitativas na educação nacional e na aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, tecemos discussões sobre a experiência vivenciada pela escola com a ampliação da jornada escolar e a relação desta com a comunidade.

A pesquisa de campo revelou que a organização escolar para a educação em tempo integral, na referida escola ainda é pautada na improvisação. Não há um planejamento direcionado para contemplar os objetivos propostos pelo programa. O Professor Coordenador direciona as atividades pedagógicas, as normas disciplinares, local de funcionamento das oficinas e questões referentes à alimentação das crianças no improviso. Isto é justificado pela excessiva carga de trabalho do coordenador.

Com base nos dados analisados, a educação em tempo integral oferecida na escola, não está integrada à realidade social e não há parcerias com outras

instituições para que as ações tornem-se significativas para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Notamos uma discreta melhoria no nível de qualidade do ensino e aprendizagem conforme averiguamos no censo escolar e dados do IDEB, com um aumento nas taxas de aprovação e diminuição nos índices de reprovação e evasão. Desse modo, a escola está em fase de reestruturação na busca de novas experiências e novos ambientes para instigar a aprendizagem e transformar o processo educacional em um projeto comunitário.

A reestruturação do tempo e espaços educativos é uma ação indispensável para o bom funcionamento do programa. Na análise feita, percebemos que o tempo de permanência na escola foi ampliado, mas os espaços educativos e as atividades pedagógicas ainda não foram ajustados corretamente. As parcerias com outras instituições e a comunidade, bem como, modificações curriculares ainda não foram estabelecidas. Cabe, portanto, apenas à escola a responsabilidade de promover a formação integral do indivíduo, uma vez que o compartilhamento do processo de formação dos indivíduos, a que se propõe o programa, ainda não foi efetivado.

Com relação às ações pedagógicas do Programa Mais Educação, estão sendo desenvolvidas oficinas que enfatizam a arte, cultura e esportes, contemplando as oficinas: Letramento, Matemática, Judô, Violão, Fanfarra e Segundo tempo (esportes). Contudo, a maioria dessas atividades já era trabalhada no cotidiano das atividades regulares, ou seja, “é mais do mesmo” e por isso não despertam o interesse nos alunos, com exceção das oficinas de Judô e a Fanfarra.

A escola em análise possui um laboratório de informática, embora em condições precárias de funcionamento, data show, TV, DVD e *internet*. Entretanto, tais recursos são utilizados minimamente, como comprovamos a partir do preenchimento dos questionários.

Tendo em vista isso, percebemos que a melhor maneira de potencializar o trabalho educativo é propiciar um ambiente de interação, criação e compartilhamento de conhecimento e assim promover o desenvolvimento integral do indivíduo. Acreditamos que as tecnologias digitais, disponíveis na escola, são importantes ferramentas para essa potencialização do indivíduo. Por isso, oferecemos um minicurso com o propósito de enfatizar a importância do uso dos recursos tecnológicos como ferramenta de mediação pedagógica. Esse minicurso, por sua vez, foi muito importante para que as pessoas envolvidas no programa

refletissem sobre a prática pedagógica do Coordenador e dos monitores que atentaram para do uso das tecnologias como ferramentas de mediação pedagógica.

É preciso dizer que, os macrocampos escolhidos pela escola não acrescentam o “novo” à rotina escolar, apenas fortaleceram práticas já adotadas. Sendo assim, torna-se difícil melhorar o processo educativo se adotamos práticas que não levam em consideração a realidade dos nossos “nativos digitais”, em que as tecnologias digitais se fazem presente e não são utilizadas para fins pedagógicos. Portanto, a escolha do macrocampo de Cultura Digital para as próximas oficinas oportunizará a escola oferecer novas possibilidades educativas e, enfim tornariam o processo educativo muito mais instigante para os alunos. Portanto, concluímos que o Programa mais Educação de acordo com os dados analisado na escola pesquisada trouxe pouca contribuição para a melhoria do aprendizado, bem como para formação cidadã como sujeitos letrados na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio César. RODRIGUES Bernadete Biasi (orgs). **Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.

ARROYO, M. G. O Direito a Tempos-Espaços de Um Justo e Digno Viver. In: MOLL, J; et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos**. Porto Alegre: Penso. 2012.

AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação passo a passo**. Brasília, Brasília: MEC – Secad., 2009a.

_____. **Série Mais Educação: Educação Integral**. – Brasília: MEC – Secad., 2009b.

_____. **Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral**. MEC, Brasília, 2009c.

_____. Senado Federal. LDB. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. Senado Federal. Plano Nacional de Educação (PNE) – **Lei nº 10.172** de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

_____. Senado Federal. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Regulamenta o trabalho voluntário no país. Diário Oficial da União, Brasília, DF, fev. 1998.

_____. Senado Federal. Plano de Metas Compromisso todos pela Educação – **Decreto nº 6.094** de 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei PNE**. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Disponível em: < > Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. Senado Federal. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de Abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 17 mar. 2013.

_____. Ministério Da Educação. **Decreto nº. 7.083**, de 27 de janeiro de 2010, que dispunha sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/decreto/d7083.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Col. Saraiva de Legislação).

BRANDÃO, Carlos R. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CAVALIERE. Escolas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (Org.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Escola de Tempo Integral. In **Textos Discutíveis**. Brasília, 2010. Disponível em <http://cops.ibict.br/file.php/70/Textos_Discutíveis/td11.p> Acesso em 12 jul. 2013.

DELORS, Jacques. **Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

_____. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIOLO, Jaime. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos CENPEC** – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, n° 2, p.129-135, 2006.

KLEIN, Tiago Pavinato. **O Programa Mais Educação como articulador de políticas educacionais e culturais: a experiência de uma escola de Esteio, RS**. Dissertação (mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2012.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

MACEDO Roberto Sidnei. **Currículo: educação e avaliação**. Pedagogia Módulo 4, volume 2 – EAD. Ilhéus, BA: EDITUS, 2011.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas da construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2009.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

_____. (org). **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: Mec/Secad, 2009.

_____. **Conceitos e pressupostos o que podemos dizer quando falamos de educação integral?** Salto para o futuro Educação integral. Ano XVIII boletim 13 - Agosto de 2008.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; LIMA, Rosângela Novaes. **Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NÓBREGA, S. A.; SILVA, J. A. A.. Formação continuada e valorização de educadores na educação integral: experiências no Brasil. In: **XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA - ALAS**, 2011, Recife - PE. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT25_Simone_Andrade_Nobrega.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

PADILHA, P. Roberto. **Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAPERT, S. **Logo: Computadores e Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARO, Vitor Henrique (et al.). **Educação de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

PRETTO, Nelson de Luca. O desafio de educar na era digital: educações. In **Revista Portuguesa de Educação**, 2011, 24(1), pp. 95-118. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v24n1/v24n1a05.pdf> > . Acesso em 25/07/2013.

_____. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 7ª Ed. Campinas/SP: Papirus, 2009.

_____.Mídia, Currículo e o Negócio da Educação. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; ALVES, Maria Palmira Carlos; GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Currículo, Cotidiano e Tecnologias**. Araraquara/SP, 2006, v. 1, p. 111-148.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

_____.**A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____.Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz T.; MOREIRA, Antônio F. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento pós-humano. **Revista Famecos**. Rio de Janeiro, 2003.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed., São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1994.

SENNA, Luiz Antonio Gomes. Conhecimento docente, inclusão social e tecnologias de escrita. n: **IX COLÓQUIO S OBRE QUESTÕES CURRICULARES**. Universidade do Porto, PT. 2010. Meio físico: CD-Rom. ISBN 978-972-8746-90-2. p: 3587-3598.

_____. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Rio de Janeiro: PUC, 2011.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. **Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 4, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6. Ed. comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

_____.**Uma experiência de educação primária integral no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.38, n. 87, jul./set. 1962. p. 21-33. Disponível em: <www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/uma.html>. Acesso em: 06/07/2013.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

XAVIER, A.C.S. **Hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital**. Tese (Doutorado) em Linguística. UEC. Campinas (SP): 2002. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000287629>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador**. Recife: Pipa Comunicação, 2013 (Ebook) Disponível em
<http://issuu.com/pipacomunica/docs/ebook-retorica-digital_antonio-carlos-xavier>. Acesso em: 12 mar. 2014.

ANEXOS

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
Questionário – Professor Comunitário/Coordenador

1. Local/Escola _____

2. Cidade: _____

3. Cargo ou função na Escola: _____

4. Atividade que desenvolve no Programa Mais Educação: _____

5. Número de Alunos Atendidos pelo Programa Mais Educação _____

6. Como poderia ser avaliada a frequência dos alunos que participaram do Programa Mais Educação em 2013?

() ótimo () bom () regular () péssimo

7. Os gestores, professores e demais funcionários apoiaram a adesão da escola ao Programa Mais Educação?

() Sim () Parcialmente () Não

8. Quais macrocampos foram escolhidos na sua escola no ano de 2012/2013?

() Acompanhamento Pedagógico () Cultura, Artes e Educação

() Esporte e Lazer () Cultura Digital

() Meio Ambiente () Direitos Humanos em Educação

() Educação Econômica () Promoção da Saúde

() Educomunicação

() Investigação no Campo das Ciências da Natureza;

9. A escola fez a articulação das atividades do Programa Mais Educação com o Projeto Político-Pedagógico?

() Sim () Não

10. Quais os critérios que são utilizados para a seleção dos monitores?

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
Questionário – Monitores

1. Local/Escola: _____

2. Cidade: _____

3. Formação Acadêmica: _____

4. Oficina Ministrada: _____ Macrocampo: _____

5. Número de Alunos Atendidos em sua oficina? _____

6. Você faz parte da comunidade na qual a escola está inserida? () Sim () Não

7. Como poderia ser avaliada a frequência dos alunos que participaram do Programa Mais Educação em 2013 em sua oficina?

() ótima () boa () regular () péssima

8. A equipe gestora, professores e demais funcionários apoiaram a adesão da escola ao Programa Mais Educação?

() Sim () Parcialmente () Não

9. Qual a relevância da sua oficina no Programa Mais Educação para o rendimento dos alunos?

10. Na sua perspectiva, a execução da sua oficina no Programa Mais Educação tem alcançado os objetivos propostos?

() Sim () Parcialmente () Não

11. Quais os maiores desafios enfrentados para que sua oficina fosse ministrada no Programa Mais Educação na Escola?



**Universidade Estadual da Paraíba
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores**

MINICURSO

INOVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DAS MÍDIAS

Shelzea Maria Bezerra Oliveira

EMENTA

Este minicurso tem o propósito de enfatizar a importância do uso dos recursos tecnológicos como ferramenta de mediação pedagógica. Para tanto, propõe ações que busquem a superação do desafio do trabalho com tecnologias na rotina escolar dos monitores do Programa Mais Educação, visando a qualidade de um ensino engajado com práticas sociais presentes no mundo contemporâneo.

CARGA HORÁRIA

O minicurso terá duração de 8 h/a, distribuídos em dois dias.

JUSTIFICATIVA

Diante dos avanços científico-tecnológicos que promovem uma modificação nas relações entre os educandos e a aquisição do conhecimento, percebemos que a escola necessita de mudanças efetivas no que se refere à dinamização da prática pedagógica. Nesse sentido, este minicurso tem a finalidade de proporcionar aos monitores do Programa Mais Educação uma reflexão sobre sua mediação

pedagógica, a partir de dinâmicas que simulem situações reais vivenciadas, nas oficinas ministradas com a utilização de novos recursos tecnológicos.

Muitos teóricos, a exemplo de Levy (1999), Xavier (2002, 2013), Pretto (2006,) Santaella (2003), fazem referência à importância do uso de recursos tecnológicos como apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Cabe à escola adequar-se a essa nova realidade, possibilitando a professores, monitores e alunos uma ampliação no modo de pensar e no agir pedagógico.

Mesmo considerando um desafio, a inserção das novas tecnologias na rotina escolar, estas não devem ser incluídas. Faz-se necessária uma reflexão acerca das metodologias utilizadas, para transformarmos as aulas em atividades mais interativas e condizentes com a realidade da era tecnológica.

OBJETIVOS

- Promover momentos de reflexão e instrumentalização acerca do uso dos recursos didático-tecnológicos na sala de aula.
- Apresentar o uso de mídias - TV, DVD, aparelho de som, data show, computadores, *tablets* e celulares - como ferramenta de mediação pedagógica.

METODOLOGIA

O minicurso será ministrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Orlando Cavalcanti Gomes – João Pessoa/PB, durante 02 dias, das 14 as 17 horas, de acordo com os seguintes passos:

- Apresentação dos dados sobre o Programa Mais Educação na Escola;
- Discussão sobre as atividades desenvolvidas nas oficinas e uma reflexão sobre a prática pedagógica de cada monitor;
- Leitura do referencial teórico acerca da temática do uso das tecnologias como ferramenta de mediação pedagógica

- Apresentação com data show, abordando situações do cotidiano da escola, destacando os recursos tecnológicos disponíveis e o estado de uso.
- Sugestões de atividades práticas de preparação de aulas, utilizando recursos tecnológicos tais como: TV, DVD, aparelho de som, *data show*, computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares e acesso à *internet*.

RECURSOS

Para o desenvolvimento das atividades previstas, serão utilizados os seguintes recursos pedagógicos:

- Fotocópias do referencial teórico para estudo
- Aparelho de som
- Data show
- Computadores, notebooks e celulares.

RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento das atividades elaboradas para a execução do minicurso, pretendemos alcançar os seguintes resultados:

- Problematização e reflexão sobre a prática pedagógica e novas tecnologias.
- Conscientização da importância de se aliar ao ensino as novas tecnologias, facilitando o processo de apropriação dos conhecimentos pelos alunos.
- Elaboração de um roteiro para preparação das oficinas utilizando as tecnologias disponíveis na escola;

REFERÊNCIAS

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad.: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus professores. Adeus Professoras? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 9. ed. São Paulo, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época; v.67)

LOWAMAN, Joseph. **Dominando as técnicas de ensino.** São Paulo: Atlas. 2004.

PAPERT, S. **Logo: Computadores e Educação.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

PRETTO, Nelson de Luca. Mídia, Currículo e o Negócio da Educação. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; ALVES, Maria Palmira Carlos; GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Currículo, Cotidiano e Tecnologias.** Araraquara/SP, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento pós-humano. **Revista Famecos.** Rio de Janeiro, 2003.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

XAVIER, A. C. S. **Hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital.** Tese (Doutorado)Campinas: UEC,2002.Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000287629>Acesso em 15 mai 2014.

XAVIER, A. C. S. **Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador.** Recife: Pipa Comunicação, 2013 (Ebook) Disponível em <http://issuu.com/pipacomunica/docs/ebook-retorica-digital_antonio-carlos-xavier> Acesso em 12 mar 2014.